



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank



RECOMEÇO SEGURO: resultados da intervenção de atendimento a egressos do sistema penitenciário em Pernambuco

Sumário

Apresentação	1
Introdução	2
1. A Intervenção	4
2. A Avaliação	10
3. Resultados: Perfis dos grupos e análise estatística ..	14
4. Resultados: Uma visão multidimensional da Reintegração Social	22
5. Principais ganhos da intervenção	31
6. Desafios da implementação	34
7. Conclusões e Recomendações	38
Anexo I	42
Anexo II	44
Referências Bibliográficas	46
Notas de Fim	47

Recomeço seguro: resultados da intervenção de atendimento a egressos do sistema penitenciário em Pernambuco

Apresentação

Este relatório documenta os resultados do Projeto de Atenção a Pré-Egressos e Egressos implementado em Pernambuco, no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica nº 045/2024, firmado entre o Instituto Igarapé, a Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (SEAP-PE) e a Secretaria de Defesa Social (SDS-PE). A implementação do projeto também contou com a colaboração da Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional de Pernambuco (SEPLAG-PE), especialmente na articulação institucional e no acompanhamento da iniciativa.

O projeto foi concebido para testar, em condições reais, se uma intervenção estruturada de preparação para a liberdade — combinada com acompanhamento pós-saída por três meses — pode reduzir vulnerabilidades, ampliar o acesso a direitos e qualificar a transição entre o cárcere e a vida em liberdade. Três grupos foram comparados: um sem intervenção (controle), um com atividades apenas dentro da unidade prisional (tratamento parcial), e um com intervenção intramuros acrescida de acompanhamento por três meses após a soltura (tratamento completo).

Este relatório sistematiza a implementação da intervenção, seus resultados e seus aprendizados e, ao fazê-lo, busca fornecer evidências para que gestores públicos, formuladores de políticas e equipes técnicas possam qualificar estratégias de preparação para a liberdade e conhecer as condições práticas para a replicação ou adaptação do modelo em outros contextos.

O documento está organizado em oito capítulos. O primeiro descreve a intervenção. O segundo apresenta a estratégia de avaliação realizada. O terceiro descreve o perfil dos participantes. Os dois capítulos seguintes, 4 e 5, apresentam os resultados de impacto por meio de análise estatística e índices compostos. O sexto sintetiza os achados da avaliação, indicando os ganhos da intervenção. O capítulo 7 discute os desafios de implementação de uma intervenção como essa e, finalmente, o último capítulo apresenta as conclusões e recomendações para que este tipo de intervenção possa ser reproduzido e escalado.

Introdução

A prisão ocupa um lugar paradoxal na política de segurança pública brasileira. Embora seja um componente central da resposta estatal à criminalidade, o sistema prisional permanece historicamente negligenciado em termos de planejamento, gestão e investimento. Ao mesmo tempo em que concentra algumas das mais graves violações de direitos humanos do país, expressas na superlotação, nas condições precárias de custódia e no elevado contingente de pessoas em prisão provisória, a agenda prisional raramente recebe a mesma atenção destinada às estratégias de policiamento e repressão.¹

Essa assimetria também se manifesta na alocação de recursos públicos. Enquanto os investimentos se concentram majoritariamente na “porta de entrada” do sistema de justiça criminal, pouco se investe na “porta de saída”: o conjunto de políticas destinadas a apoiar a transição para a liberdade e promover a reinserção social de pessoas egressas.² Como resultado, milhares de indivíduos deixam anualmente o sistema prisional sem acesso adequado à documentação civil, à moradia, às oportunidades de geração de renda, aos cuidados em saúde ou às redes de apoio capazes de sustentar a reorganização da vida em liberdade. Nesse contexto, a reinserção social tende a ser tratada como responsabilidade exclusiva do indivíduo, e não como uma etapa essencial da política pública.

Apesar da relevância do tema, ainda são escassos os estudos científicos capazes de orientar a formulação de políticas baseadas em evidências. Pesquisa conduzida pelo Instituto Igarapé identificou que, entre 128

publicações relacionadas a 83 iniciativas de reintegração social de pessoas egressas do sistema prisional, apenas 13 avaliações, referentes a nove iniciativas, apresentavam robustez metodológica suficiente para produzir evidências mais consistentes sobre seus resultados.³

Foi nesse cenário que surgiu a oportunidade de desenvolver uma experiência inédita em Pernambuco. A parceria entre o Instituto Igarapé e o Governo do Estado permitiu colocar o sistema penitenciário no centro da política de segurança pública, em consonância com os objetivos do programa Juntos pela Segurança.⁴ Mais do que reconhecer a importância da gestão prisional, a iniciativa buscou compreender os desafios enfrentados pelas pessoas no momento da saída da prisão e testar respostas concretas para enfrentá-los.

Dados produzidos a partir do cruzamento entre registros de pessoas egressas e informações sobre Mortes Violentas Intencionais (MVI) da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco revelaram um aspecto particularmente preocupante: parte das pessoas liberadas do sistema prisional torna-se vítima de violência letal nos meses subsequentes à soltura, especialmente no período imediatamente posterior ao retorno à comunidade. A transição para a liberdade não constitui apenas uma agenda de garantia de direitos, mas também uma questão de segurança pública e proteção da vida.

Diante desse diagnóstico, optou-se por desenvolver e avaliar uma intervenção voltada a suprir a carência de conhecimento sobre o que efetivamente contribui para a reinserção social de pessoas egressas de forma a romper trajetórias de criminalidade.

Em vez de partir de pressupostos normativos sobre quais estratégias deveriam funcionar, a proposta buscou produzir evidências empíricas capazes de orientar decisões futuras.

Três perguntas nortearam a avaliação da intervenção:

1) A preparação intramuros faz diferença em relação à ausência de intervenção?

2) O acompanhamento pós-saída adiciona valor à preparação realizada ainda durante o cumprimento da pena?

3) Quais mecanismos produzem mudança, e para quais perfis de egressos?

Para responder a essas questões, o foco da análise recaiu sobre resultados intermediários e passíveis de mensuração no curto e médio prazo, como acesso a serviços públicos, obtenção de documentação, condições de saúde, moradia, geração de renda, fortalecimento de vínculos familiares, percepção de segurança e reorganização da vida cotidiana após a saída da prisão.

Diferentemente dos estudos centrados exclusivamente na reincidência criminal, cuja aferição demanda períodos mais extensos de acompanhamento, a presente avaliação procurou compreender os processos que antecedem trajetórias mais estáveis de reintegração social.

A intervenção foi implementada na Penitenciária masculina Agroindustrial São João (PAISJ), localizada na Ilha de Itamaracá, a aproximadamente 45 quilômetros do Recife. A unidade foi escolhida por sua relevância estratégica dentro do sistema prisional pernambucano. Segundo dados da plataforma Geopresídios,⁵ a PAISJ abriga

3.307 pessoas privadas de liberdade, predominantemente em regime semiaberto, configurando-se como uma das principais portas de saída do sistema prisional da Região Metropolitana do Recife. Sua posição no fluxo de transição entre prisão e liberdade a tornou um espaço privilegiado para testar estratégias voltadas à preparação para o retorno à comunidade e ao fortalecimento das trajetórias pós-egresso.

Este estudo se insere, ainda, em um contexto mais amplo de transformação da política penal brasileira. O reconhecimento, pelo Supremo Tribunal Federal, do estado de coisas inconstitucional do sistema prisional, por meio da ADPF 347,⁶ e a posterior formulação do Plano Pena Justa⁷ ampliaram a centralidade da agenda de reintegração social no debate público. Ao enfatizar a necessidade de estruturar políticas voltadas aos processos de saída da prisão, o Pena Justa reforça a compreensão de que a segurança pública não se esgota no controle da entrada no sistema penal, mas depende igualmente da capacidade do Estado de construir caminhos sustentáveis para a vida em liberdade.

Ao apresentar os resultados desta experiência, esta publicação pretende contribuir para o fortalecimento de uma agenda ainda incipiente no Brasil: as políticas de reinserção social de pessoas egressas do sistema prisional. Em um campo marcado por escassez de investimentos e da disponibilidade de avaliações rigorosas, compreender o que funciona, para quem funciona e em quais circunstâncias é condição indispensável para a formulação de políticas públicas mais efetivas, humanas e orientadas para a redução da violência.

1. A Intervenção

1.1 A estrutura da intervenção

A intervenção foi construída a partir das metodologias do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para mobilização de pessoas pré-egressas e singularização do atendimento. Serviram como referência principal o Caderno de Gestão dos Escritórios Sociais I (mobilização de pré-egressos)⁸ e o Caderno de Gestão dos Escritórios Sociais II (singularização do atendimento),⁹ adaptados ao contexto institucional de Pernambuco e à dinâmica operacional da PAISJ. Já o acompanhamento pós-saída não constituiu uma replicação direta da metodologia do CNJ, mas uma estratégia construída no âmbito do próprio piloto para sustentar, nos primeiros meses em liberdade, o vínculo com os participantes, a orientação prática e a mediação com a rede de serviços.

A premissa central é que a saída da prisão deve ser tratada como uma transição que precisa ser preparada antes da liberação e acompanhada nos primeiros meses em liberdade. Intervenções multimodais — que combinam preparação intramuros e suporte posterior à saída — tendem a responder melhor às múltiplas vulnerabilidades dessa população.¹⁰

1.2 Teoria de Mudança

O período imediatamente anterior e posterior à saída da prisão é marcado por forte instabilidade. Vulnerabilidades pré-existentes são reativadas: ausência documental, dificuldade de acesso ao trabalho e à renda, fragilidade dos vínculos familiares, problemas de saúde física e

mental, uso de substâncias, insegurança habitacional e baixa capacidade de acessar serviços públicos.¹¹ Os primeiros meses de liberdade concentram o maior risco de reingresso no sistema penal.¹² A intervenção atuou exatamente nesse ponto de inflexão. Seu objetivo foi organizar informações, fortalecer capacidades individuais, conectar os participantes à rede de serviços e sustentar vínculos institucionais durante os primeiros meses em liberdade, não apenas como estratégia de prevenção da reincidência, mas como política de garantia de direitos.

Os quatro componentes que estruturam a intervenção são:

- **Singularização do atendimento:** o Plano Individual de Saída (PIS) produz diagnóstico individualizado — trajetória, vínculos, saúde, documentação, trabalho, moradia — para construir encaminhamentos aderentes a cada pessoa.
- **Preparação para a liberdade:** as oficinas ampliam o repertório dos participantes sobre direitos, cidadania e alternativas profissionais, estimulando o reconhecimento como sujeitos de direitos, além de permitir que reconheçam suas inseguranças como coletivas, uma vez que as compartilham com pessoas em situações semelhantes.
- **Orientação prática:** o Mapa de Saída organiza as informações do PIS em um roteiro personalizado para os primeiros dias — endereços, horários, contatos, prioridades — reduzindo a desorientação após a soltura.
- **Continuidade do vínculo:** o acompanhamento pós-saída (Grupo 1) apoia a execução do plano, apoia o acesso a serviços, responde a situações emergenciais e mantém canais regulares de contato.

Figura 1. Teoria de mudança da intervenção

Fonte: elaboração própria

Os resultados esperados de uma intervenção com essas características são de natureza e tempos distintos. No curto e médio prazos, são esperados maior acesso à documentação civil, benefícios sociais, aos serviços de saúde, à assistência social, à renda, ao trabalho e à moradia;

fortalecimento de vínculos familiares e sociais; e maior percepção de preparo para a vida em liberdade. Já os efeitos de longo prazo, como a redução da reincidência e a reintegração social estável, não foram mensurados neste estudo, dado o curto período de acompanhamento.

1.3 Organização da intervenção

O público-alvo do projeto foi definido a partir de dois conceitos operacionais: pré-egresso e egresso. Foram considerados pré-egressos os custodiados na PAISJ com previsão de saída em até seis meses, seja por progressão de regime, livramento condicional ou cumprimento definitivo da pena. Foram considerados egressos os participantes que já se encontravam fora da unidade prisional e sem restrição direta de locomoção, como monitoração eletrônica ou prisão domiciliar, independentemente de sua situação jurídico-processual.

Essa definição foi adotada porque o projeto buscava acompanhar a transição concreta entre prisão e liberdade, e não apenas a situação formal da execução penal. Por isso, foram excluídos da amostra casos de pessoas com monitoração eletrônica ou prisão domiciliar. A amostra planejada era de 93 participantes, distribuídos em três grupos de 31 pessoas cada. A composição final efetiva resultou em 91 participantes, sendo 30 no Grupo 1, 25 no Grupo 2 e 36 no Grupo 3.

A alocação foi feita sem interferência da administração prisional, por sorteio aleatorizado, sem filtros de tipo de crime, idade, raça, escolaridade ou trajetória prisional.

OS TRÊS GRUPOS DA INTERVENÇÃO

GRUPO 1 - TRATAMENTO COMPLETO (N=30)

Atividades intramuros (PIS + oficinas + Mapa de Saída) e acompanhamento psicossocial por 3 meses após a saída.

GRUPO 2 - TRATAMENTO PARCIAL (N=25)

Apenas atividades realizadas dentro da PAISJ (PIS + oficinas + Mapa de Saída), sem acompanhamento posterior.

GRUPO 3 - CONTROLE (N=36)

Sem participação nos componentes da intervenção; incluído apenas nas coletas de dados.

1.4 Os componentes da intervenção intramuros

Plano Individual de Saída (PIS)

O PIS foi o instrumento central da intervenção intramuros. Desenvolvido a partir de entrevista individual em profundidade, abarcou dimensões como trajetória de vida, vínculos sociais, situação documental, condições de saúde, educação, trabalho, moradia e perspectivas para o pós-saída. O PIS não foi tratado como um formulário administrativo, mas como ferramenta de compreensão da trajetória e de planejamento da transição para a liberdade.

Oficinas de preparação para a liberdade

As oficinas foram realizadas em formato de grupo e articuladas em torno de dois eixos integrados: direitos e cidadania (direitos sociais, serviços públicos, redes de apoio) e trabalho e alternativas profissionais (habilidades, formas de geração de renda, barreiras ao mercado de trabalho). Na metodologia original do CNJ, os conteúdos são distribuídos em mais encontros temáticos; no contexto da PAISJ, foram condensados em uma oficina integrada, em razão da disponibilidade operacional da unidade.

Mapa de Saída

O Mapa de Saída foi elaborado ao final do processo intramuros, a partir das informações levantadas no Plano Individual de Saída (PIS). O documento funcionou como um guia prático e personalizado para os primeiros dias em liberdade, reunindo serviços públicos e comunitários disponíveis que poderiam ser acionados conforme as necessidades de cada participante. Essas informações incluíam endereços, telefones, horários de funcionamento e a identificação dos órgãos ou equipamentos responsáveis pelo atendimento. Na assistência social, por exemplo, o Mapa indicava equipamentos como os CRAS, os CREAS e serviços vinculados ao acesso ou à atualização do CadÚnico, aos benefícios sociais e aos benefícios eventuais. Na documentação, reunia orientações sobre emissão, segunda via ou regularização de documentos pessoais, como RG, CPF, carteira de trabalho e outros registros necessários para acessar políticas públicas, buscar trabalho ou cumprir exigências administrativas e judiciais. O Mapa também indicava serviços relacionados à educação, ao trabalho e ao apoio jurídico, funcionando como uma ponte entre o planejamento feito dentro da PAISJ e os encaminhamentos possíveis após a saída.

1.5 Acompanhamento pós-saída (apenas para o Grupo 1)

O acompanhamento pós-saída foi uma estratégia própria do projeto e exclusiva do Grupo 1, não se tratando de uma replicação direta ou de uma adaptação formal do modelo do CNJ. Após a soltura, os participantes foram acompanhados por uma equipe contratada pelo Instituto Igarapé, composta por uma psicóloga e uma assistente social, durante três meses. O acompanhamento foi estruturado pelo próprio projeto a partir das necessidades identificadas na intervenção, com foco em escuta, orientação, mediação com serviços públicos e apoio à transição para a liberdade. O Patronato Penitenciário de Pernambuco funcionou como base física do atendimento, especialmente para os participantes residentes na Região Metropolitana do Recife.

A escolha do Patronato foi estratégica, uma vez que parte dos egressos já precisava comparecer ao órgão por exigências do regime de cumprimento de pena, permitindo aproveitar um deslocamento já previsto para manter contato com a equipe. Além disso, o Patronato oferecia um ponto institucional reconhecível, com possibilidade de articulação com serviços, cursos e oportunidades voltadas à população egressa, além de ter uma localização de fácil acesso.

O acompanhamento ocorreu em três modalidades: presencial, no Patronato; remoto, por chamadas de voz e mensagens de Whatsapp; e híbrido, combinando os dois formatos conforme as condições de cada participante, podendo inclusive ser realizado com algum familiar. Essa flexibilidade foi decisiva, já que a prioridade era a continuidade do vínculo. Em muitos casos, especialmente entre os participantes que moravam fora da Região

Metropolitana do Recife, o telefone e as mensagens de áudio foram as principais formas de manter a comunicação, agendar e reagendar atendimentos, acompanhar situações emergenciais e apoiar encaminhamentos.

1.6 Adaptações ao contexto da PAISJ

A transposição da metodologia do CNJ para a realidade da PAISJ exigiu adaptações importantes. No caso do PIS, a dinâmica da unidade e a disponibilidade da equipe técnica levaram à realização das entrevistas em formato de mutirão, com apoio de quatro técnicas da SEAP-PE e, em momentos específicos, com o reforço da equipe contratada pelo Instituto Igarapé. Ainda assim, o formato de mutirão não significou atendimento coletivo: cada entrevista foi conduzida individualmente, preservando a escuta qualificada e a construção singularizada do Plano Individual de Saída.

No caso das oficinas, a realidade da unidade não permitiu a realização dos quatro encontros temáticos previstos no desenho original. Por isso, os conteúdos foram condensados em uma oficina integrada, priorizando direitos, cidadania, trabalho e alternativas profissionais. Essa escolha respondeu às demandas mais imediatas dos pré-egressos: compreender direitos básicos, saber onde buscar serviços e planejar formas possíveis de inserção produtiva.

Também houve adaptação no Mapa de Saída. Devido aos desafios na preservação do fluxo de saída da PAISJ, não foi possível assegurar a entrega do Mapa de Saída aos participantes no momento da liberdade. O documento foi entregue após a sua confecção diretamente ao participante, independentemente de quanto tempo faltava para a efetivação da sua liberação.

A metodologia do CNJ prevê que o Mapa de Saída possa ser acompanhado de encaminhamento formal ao Escritório Social ou a equipamentos da rede. No contexto da Região Metropolitana do Recife, entretanto, o Escritório Social de Olinda encerrou suas atividades no período da saída dos participantes, que teve início em fevereiro de 2025. Diante dessa lacuna, o Patronato Penitenciário de Pernambuco passou a funcionar como principal base operacional do acompanhamento pós-saída e como ponto de referência para atendimentos presenciais, encaminhamentos e manutenção do vínculo institucional.

1.7 Estrutura de incentivos e apoios materiais para a intervenção

O projeto contou com apoios materiais financiados pelo Instituto Igarapé para reduzir barreiras práticas à participação: créditos de transporte para deslocamento dos participantes do Grupo 1 até o Patronato; vale-compra de supermercados de R\$ 50 para todos os participantes após a resposta a cada questionário; e recargas de celular no valor suficiente para a manutenção da comunicação. Esses apoios não tiveram caráter remuneratório e não condicionaram benefícios a respostas específicas.

1.8 Arranjo institucional e responsabilidades na implementação

A implementação envolveu três atores centrais. No âmbito da SEAP-PE, a gestão da Secretaria teve papel estratégico na coordenação institucional do projeto, assegurando a articulação entre as equipes envolvidas, o alinhamento com a unidade prisional e o acompanhamento

das condições necessárias à execução das atividades. A equipe psicossocial da SEAP-PE atuou diretamente nas atividades intramuros, elaborando os Planos Individuais de Saída e contribuindo para a construção dos Mapas de Saída. Essa atuação foi viabilizada pela articulação com a gestão da PAISJ, responsável por organizar a liberação dos participantes para as atividades, garantir as condições operacionais dentro da unidade e apoiar a logística necessária à realização das etapas previstas na unidade.

O Instituto Igarapé foi responsável pelo suporte técnico e metodológico do projeto, contribuindo para a elaboração da metodologia da intervenção, a adaptação dos instrumentos, a construção dos materiais de apoio e a definição das etapas de implementação. Também coordenou as análises produzidas ao longo do piloto, incluindo a sistematização dos dados, o acompanhamento dos indicadores e a interpretação dos resultados. Na execução, contratou a equipe responsável pela realização das oficinas e pelo acompanhamento pós-saída, financiou os apoios materiais necessários à participação dos egressos e reforçou as atividades intramuros, quando houve necessidade de ampliar a capacidade operacional da equipe da SEAP. Além disso, atuou em articulação com a Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) nas reuniões de monitoramento do projeto e nas solicitações de dados necessários ao acompanhamento e à avaliação da intervenção.

O Patronato Penitenciário funcionou como base operacional do pós-saída e como ponto de articulação com serviços, cursos e oportunidades disponíveis para a população egressa, e fornecimento de telefone para a manutenção dos contatos. Na prática, ocupou papel central na sustentação do vínculo institucional após a saída da PAISJ.

2. A Avaliação

2.1 Análise comparativa

A avaliação foi desenhada para responder a uma pergunta central: o projeto produziu mudanças observáveis nas trajetórias iniciais de reintegração social dos participantes? Para responder a isso, era necessário distinguir mudanças associadas à intervenção de mudanças que poderiam ocorrer independentemente dela.

A solução foi organizar três grupos com diferentes níveis de exposição à intervenção: sem intervenção, com intervenção intramuros e com intervenção intramuros acrescida de acompanhamento pós-saída. Esse desenho de múltiplos tratamentos permite duas comparações substantivas: (1) se a preparação intramuros produz diferenças em relação à ausência de intervenção; e (2) se o acompanhamento pós-saída adiciona valor à intervenção realizada dentro da unidade.

2.2 Seleção e formação da amostra

A seleção partiu de uma lista de 241 pré-egressos da PAISJ com previsão de saída em até seis meses. A amostra planejada (93 participantes, três grupos de 31, com 95% de confiança e 8% de margem de erro) resultou em 91 participantes efetivos: 30 no Grupo 1, 25 no Grupo 2 e 36 no Grupo 3. A alocação foi feita por sorteio aleatorizado, garantindo igualdade de chances e reduzindo vieses de seleção. A participação foi voluntária e sem benefícios no âmbito da execução penal.

2.3 Coleta de dados

A avaliação foi estruturada em três momentos de coleta, aplicados aos três grupos¹³:

- **Linha de base:** coletada dentro da PAISJ, antes de qualquer intervenção. Registrou perfil, condições iniciais e vulnerabilidades de cada participante.
- **1 mês pós-saída:** captou as primeiras mudanças na reorganização da vida cotidiana (moradia, documentação, família, serviços, renda) e foi realizada de maneira presencialmente no Patronato ou por telefone.
- **4 meses pós-saída:** mediu resultados mais sustentados, aproximadamente um mês após o encerramento do acompanhamento do Grupo 1 e foi realizada presencialmente no Patronato ou por telefone.

O projeto teve duração total de aproximadamente 16 meses. O pré-teste dos instrumentos foi realizado em setembro de 2024. Os acompanhamentos pós-saída do Grupo 1 foram realizados entre fevereiro e dezembro de 2025, e a coleta dos questionários de 4 meses foi concluída em janeiro de 2026.

Figura 2. Linha do tempo da implementação do projeto piloto

2.4 Fluxo amostral e retenção dos participantes

O fluxo amostral reflete os desafios de acompanhar pessoas egressas do sistema prisional em uma pesquisa longitudinal. A linha de base contou com 91 participantes. No questionário do 1º mês, foram entrevistados 65 participantes. No questionário do 4º mês, foram entrevistados 61 participantes. A amostra longitudinal completa, formada por participantes que responderam aos três questionários, ficou com 54 pessoas: 19 no Grupo 1, 12 no Grupo 2 e 23 no Grupo 3.¹⁴

Tabela 1. Fluxo amostral e perda acumulada nos três grupos da intervenção

Grupo	LB(n)	1º mês(n)	4º mês(n)	Dados completos (3 ondas)	Perda total(%)
Tratamento completo	30	22	22	19 63,3% do LB	36,7%
Tratamento parcial	25	15	16	12 48,0% do LB	52,0%
Controle	36	28	23	23 63,9% do LB	36,1%
Total	91	65	61	54 59,3% do LB	40,7%

Fonte: elaboração própria

O Grupo 1, que recebeu intervenção intramuros e acompanhamento pós-saída, terminou com 19 participantes na amostra longitudinal, o que representa perda de 36,7% em relação à linha de base. O Grupo 3, que não recebeu intervenção, terminou com 23 participantes, perda de 36,1%. Já o Grupo 2, que recebeu apenas a intervenção intramuros, terminou com 12 participantes, perda de 52,0%.

A perda longitudinal entre as três etapas da intervenção deve ser interpretada à luz da literatura sobre pesquisas com pessoas egressas do sistema prisional. Pesquisas longitudinais com pessoas egressas registram, de forma recorrente, perdas entre 30% e 60% ao longo do acompanhamento.¹⁵ Assim, a perda total

de 40,7% situa-se dentro do intervalo esperado. Ao mesmo tempo, essa perda impõe cautela na interpretação dos resultados, especialmente quando as comparações são feitas por grupo.

Estudos de acompanhamento com essa população operam em condições estruturalmente desafiadoras: desconfiança em relação ao Estado, endereços instáveis ou inexistentes, mudanças frequentes de telefone, ausência ou precariedade documental, dificuldades de mobilidade, ruptura de vínculos familiares e situações de vulnerabilidade extrema que dificultam o rastreamento dos participantes ao longo do tempo.¹⁶ Por isso, taxas de atrito são esperadas em estudos dessa natureza.

EVENTOS GRAVES DURANTE O ACOMPANHAMENTO

- **Morte:** dois participantes do Grupo 1 foram vítimas de morte violenta intencional após a soltura (ambos categorizados como “desentendimento em grupo criminoso”, segundo a Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG). Esses casos evidenciam o grau de exposição a riscos letais que parte dessa população enfrenta nos meses imediatamente posteriores à liberdade.
- **Reentrada:** três participantes retornaram ao sistema prisional durante o acompanhamento: um do Grupo 1 e dois do Grupo 3. Esses eventos foram registrados como reentrada e são considerados na leitura dos resultados longitudinais.
- **Situação de rua:** ao longo do acompanhamento, a equipe identificou seis participantes que, após a saída da prisão, foram progressivamente perdendo referências de moradia e entrando em situação de rua. Essa condição dificultou concretamente a continuidade do acompanhamento e a coleta de dados, além de representar uma das formas mais agudas de vulnerabilidade observadas ao longo da pesquisa.
- **Saúde mental:** a presença de participantes com indícios de transtornos mentais graves, sofrimento psíquico intenso e/ou possíveis comprometimentos cognitivos, incluindo casos que demandariam atenção psicossocial especializada, foi outro ponto crítico. Esses perfis exigem avaliação clínica, acompanhamento contínuo e articulação com a rede de saúde mental, não sendo adequadamente atendidos por uma unidade prisional convencional sem fluxo específico de cuidado. A presença desses casos reforça a necessidade de triagem prévia, encaminhamento e continuidade terapêutica para pessoas com deficiência psicossocial, transtornos mentais graves ou ações cognitivas.

2.5 Mensuração de resultados

As dimensões medidas foram definidas a partir da Teoria de Mudança, adotando uma leitura ampla de reintegração social e não apenas da ausência de reincidência. Foram considerados indicadores associados a: acesso a direitos, documentação, moradia, saúde física e emocional, uso de substâncias ilícitas, acesso a serviços públicos, acesso a benefícios sociais, renda, trabalho, vínculos familiares, conflitos familiares, apoio do Estado, contato com o sistema de justiça, vitimização e exposição a riscos. A comparação entre os três grupos permitiu observar diferenças segundo os níveis de exposição ao projeto.

Para a análise longitudinal, foram identificadas perguntas rastreáveis nos três momentos de coleta, distribuídas nas seguintes dimensões: saúde física, saúde mental e uso de substâncias, moradia e segurança, relações familiares e rede de apoio, documentação, renda e acesso a direitos. Essa correspondência entre perguntas permitiu acompanhar a evolução dos mesmos conceitos ao longo do tempo, ainda que com adaptações de redação entre os instrumentos aplicados na linha de base, no questionário do 1º mês e no questionário do 4º mês. A reincidência foi considerada como variável de monitoramento, não como principal indicador de impacto, tanto pela imprecisão conceitual do termo quanto pelo horizonte de quatro meses ser demasiado curto para conclusões robustas.

2.6 Estratégia de análise dos resultados

A análise combinou três estratégias complementares:

- **Descritiva e comparativa:** observação das diferenças entre grupos em cada momento de coleta, com base em informações sociodemográficas da linha de base e no histórico criminal coletado junto à SEPLAG.
- **Testes estatísticos não paramétricos:** adequados ao tamanho da amostra e à natureza ordinal das variáveis. Foram estruturados cenários de comparação (dentro dos grupos ao longo do tempo e entre grupos em momentos distintos).
- **Índices compostos longitudinais:** construídos com base nas expectativas teóricas em relação aos blocos temáticos (família, saúde, cidadania e estabilidade habitacional) para participantes que responderam aos três questionários, permitindo observar trajetórias agregadas e individuais em cada dimensão, ao longo do período.

2.7 Cuidados éticos

Os cuidados éticos foram incorporados desde o processo de seleção. A participação foi voluntária e condicionada à assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os participantes foram informados de que poderiam desistir a qualquer momento e de que a participação ou recusa não produziria efeitos positivos ou negativos sobre sua situação processual ou sobre a execução penal.

Também foi assegurado que as informações coletadas seriam tratadas com sigilo, anonimização e proteção de dados, especialmente aquelas relacionadas à saúde, histórico criminal, vínculos familiares, uso de substâncias e condições de vida. Dados pessoais ou informações capazes de identificar os participantes não serão divulgados em produtos públicos derivados da pesquisa.

3. Resultados: Perfis dos grupos e análise estatística

3.1 Caracterização dos participantes

A linha de base foi composta por 91 participantes distribuídos em três grupos. Os três grupos apresentaram características estruturais semelhantes: adultos jovens, majoritariamente pretos e pardos (entre 72% e 92% da amostra de cada grupo), com predominância de condenações por tráfico de drogas e roubo, e proporções próximas de participantes em primeira passagem pelo sistema prisional.

Tabela 2. Principais características dos grupos na linha de base

Dimensão	Grupo 1 — Trat. completo (n=30)	Grupo 2 — Trat. parcial (n=25)	Grupo 3 — Controle (n=36)
Faixa etária predominante	18–29 anos (50%)	30–44 anos (60%)	30–44 anos (53%)
Cor/Raça (pretos e pardos)	83%	92%	72%
Estado civil	96,7% solteiros	80% solteiros; 20% união estável	Mais diverso; 16,7% casados
Sem filhos	46,7%	40%	25%
Visitas familiares (> 6 vezes)	50%	68%	55,6%
Sem nenhuma visita familiar	30%	16%	22,2%
Reincidência criminal	33,3%	48%	41,7%
Tempo médio de encarceramento total	6,2 anos	8,9 anos	7,8 anos
Crime predominante	Tráfico + Roubo (47,6%)	Tráfico + Roubo (67,8%)	Tráfico + Roubo (68%)

Fonte: elaboração própria com base no questionário de linha de base, aplicado durante o encarceramento, e nos dados de histórico criminal da SEPLAG

As diferenças mais relevantes concentraram-se na estrutura familiar, nos vínculos sociais e no tempo de encarceramento, dimensões que orientam a interpretação dos resultados¹⁷.

SÍNTESE DOS PERFIS DOS TRÊS GRUPOS DO PROJETO PILOTO

GRUPO 1 - TRATAMENTO COMPLETO (N=30)

Apresentou o ponto de partida mais desafiador para a intervenção.¹⁸ Era o grupo mais jovem, com maior percentual de solteiros, com maior proporção de participantes sem filhos e maior isolamento familiar durante o encarceramento.

GRUPO 2 - TRATAMENTO PARCIAL (N=25)

Apresentou uma trajetória prisional mais consolidada, com maior capital familiar disponível. Tinha maior tempo médio de encarceramento, maior reincidência, mas vínculos familiares mais ativos.

GRUPO 3 - CONTROLE (N=36)

Apresentou diversidade interna, o que exige cautela na leitura comparativa com os demais grupos. Era o grupo mais heterogêneo em idade, estado civil e composição familiar.

Apesar das diferenças, os três grupos compartilham características centrais que sustentam a comparabilidade geral do desenho. As principais assimetrias, especialmente o ponto de partida mais vulnerável do Grupo 1, são consideradas na interpretação dos resultados.

Diante de amostras reduzidas e variáveis de natureza ordinal ou categórica, foram aplicados testes estatísticos não paramétricos para identificar quais grupos apresentavam diferenças entre si.¹⁹ Ao longo deste capítulo, os grupos são referidos como G1 (tratamento completo), G2 (tratamento parcial) e G3 (controle).

3.2 Achados dentro dos grupos ao longo do tempo

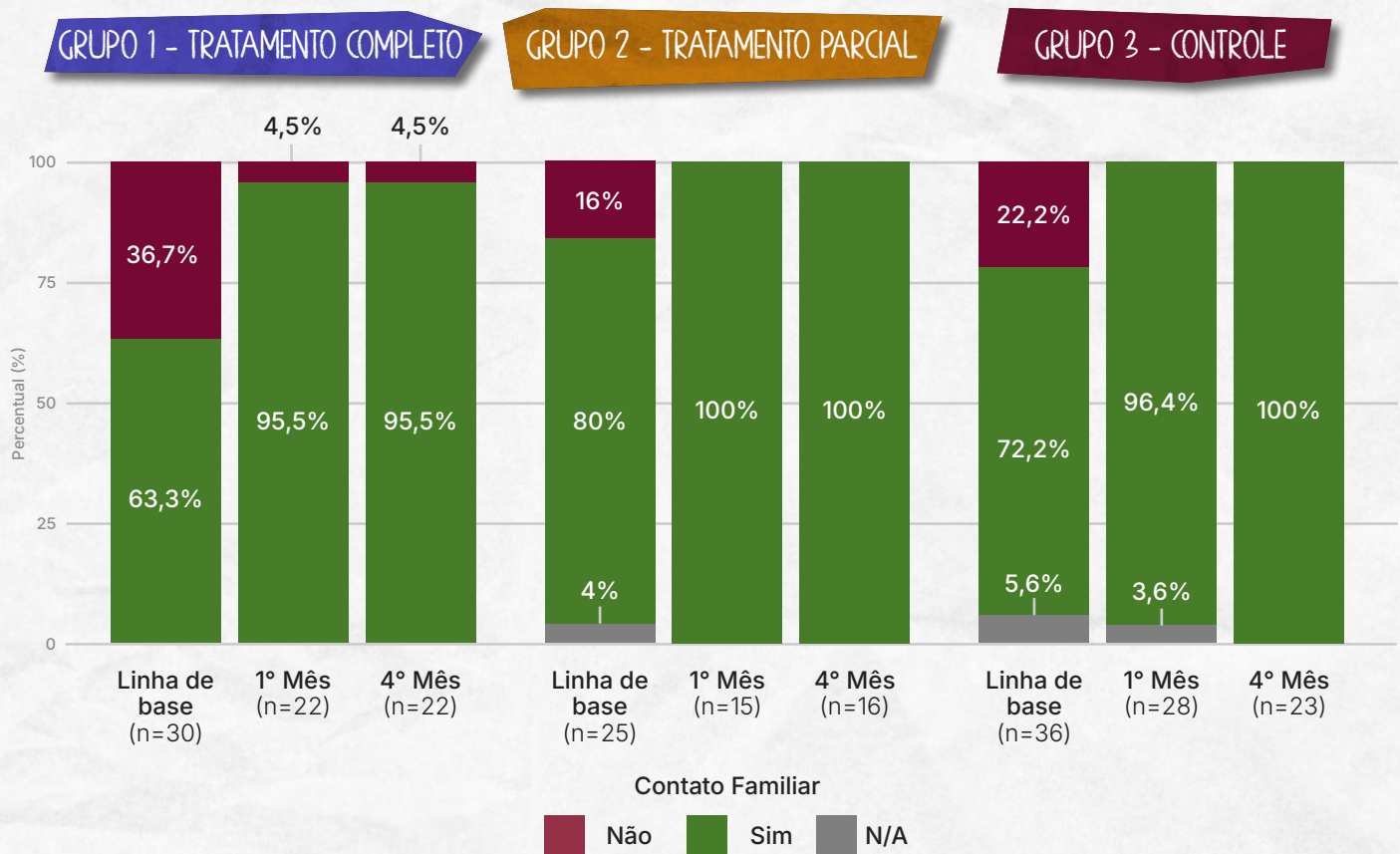
Ao todo, foram testados sete cenários: cinco comparações entre grupos e duas análises de evolução dentro dos grupos ao longo do tempo. Os sete cenários foram realizados com 95% de confiança e 5% de significância. As variáveis analisadas e as tabelas completas de categorização estão detalhadas no Anexo II.

Quatro dos sete cenários apresentaram resultados estatisticamente significativos, concentrados nas variáveis diretamente relacionadas à teoria da intervenção.

Tabela 3. Resultados estatisticamente significativos da intervenção

Dimensão	Grupo 1 Tratamento completo	Grupo 2 Tratamento parcial	Grupo 3 Controle	Interpretação
Acesso a programas sociais e benefícios	↑ aumenta	↓ diminui	↓ diminui	O acompanhamento pós-saída ampliou a capacidade de conexão com políticas públicas e benefícios sociais.
Percepção do apoio do Estado ao longo do tempo	↑ melhora	↑ melhora	↑ melhora	A percepção do apoio do Estado ao longo do tempo aumentou nos três grupos.
Apoio familiar percebido	↑ aumenta	↔ intermediário	↓ diminui	O acompanhamento contribuiu para o fortalecimento ou a mobilização de vínculos familiares.
Contato familiar ao longo do tempo	↑ aumenta	↑ aumenta	↑ aumenta	O contato familiar aumentou ao longo do período observado em todos os grupos.
Percepção de preparo pós-saída	↓ diminui	↓ diminui	↔ intermediário	A percepção de preparo pós-saída diminuiu no G1 e no G2 e permaneceu estável no G3.

Duas variáveis apresentaram resultados significativos na análise de evolução interna dos grupos: contato familiar pós-saída e apoio do Estado pós-saída.

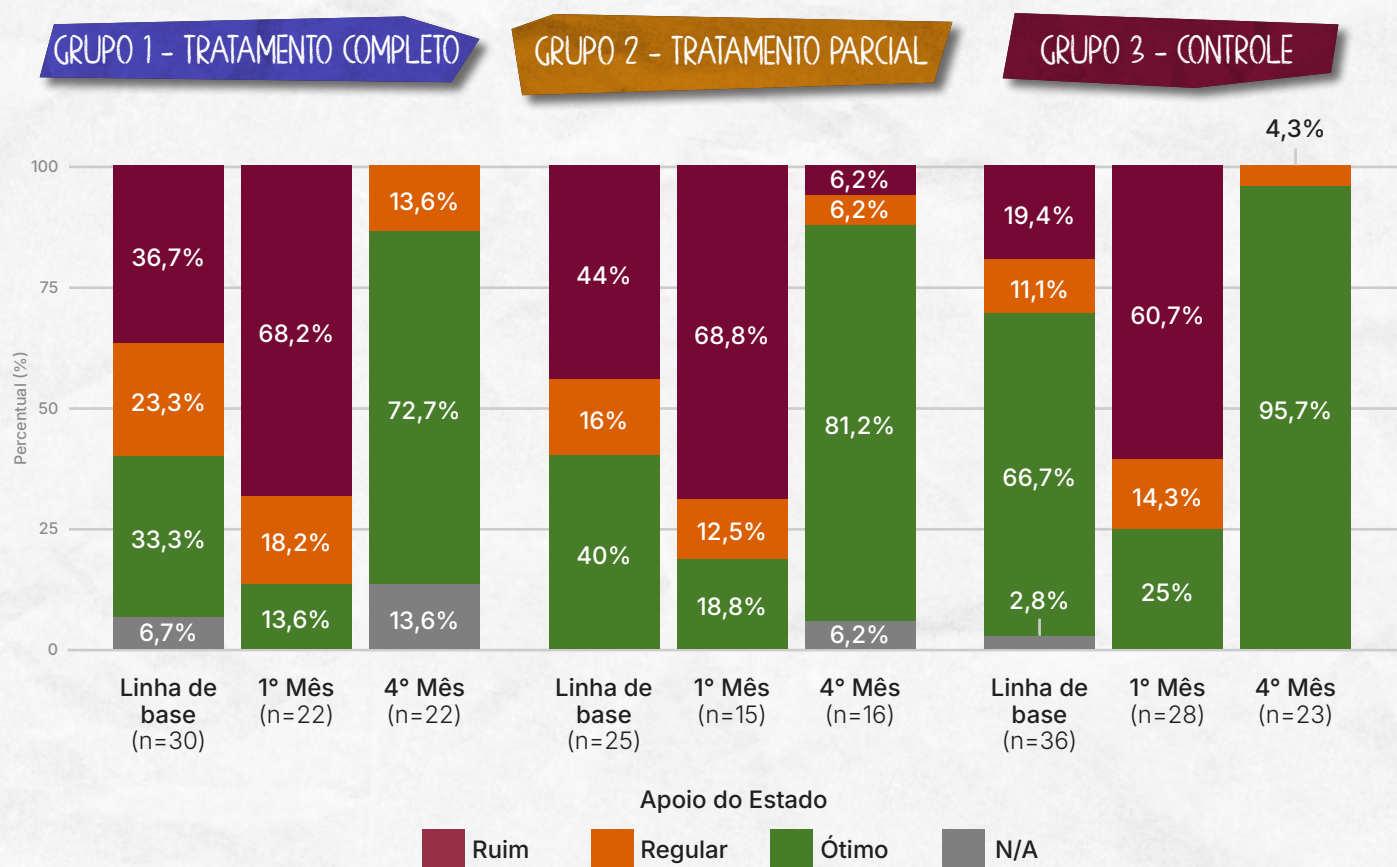
Figura 3. Evolução da variável contato familiar

Fonte: elaboração própria com base nos dados coletados na linha de base, 1º e no 4º mês pós-saída

Conforme é possível observar na Figura 3, o contato familiar²⁰ aumentou de forma expressiva nos três grupos ao longo do período de observação. O G1 partia da situação mais desfavorável: na linha de base, apenas 63,3% dos seus participantes relataram manter contato com familiares —

percentual inferior ao do G2 (80%) e ao do G3 (72,2%). Ainda assim, o grupo avançou para 95,5% de contato tanto no 1º quanto no 4º mês após a saída, o que representa um ganho de 32 pontos percentuais em relação ao ponto de partida.

Figura 4. Evolução da variável percepção do apoio do estado



Fonte: elaboração própria com base nos dados coletados na linha de base, 1º e no 4º mês pós-saída

A Figura 4 apresenta a evolução da percepção sobre o apoio do Estado, nas categorias ótimo, regular e ruim, nos três momentos de coleta. Na linha de base, os grupos partem de posições distintas: o G3 já registra 66,7% de percepção ótima, contra 40% do G2 e 33,3% do G1, sugerindo que o grupo controle avaliava o apoio estatal de forma mais positiva ainda dentro da unidade prisional. No 1º mês após a saída, todos os grupos sofrem queda expressiva: o ótimo cai para 12,5% no G1, para 18,8% no G2 e para 25% no G3, padrão consistente com a ruptura do contato institucional que a soltura provoca. No 4º mês, os três grupos se recuperam: a percepção ótima no G3 atinge 95,7%, 81,2% no G2 e a 72,7% no G1.

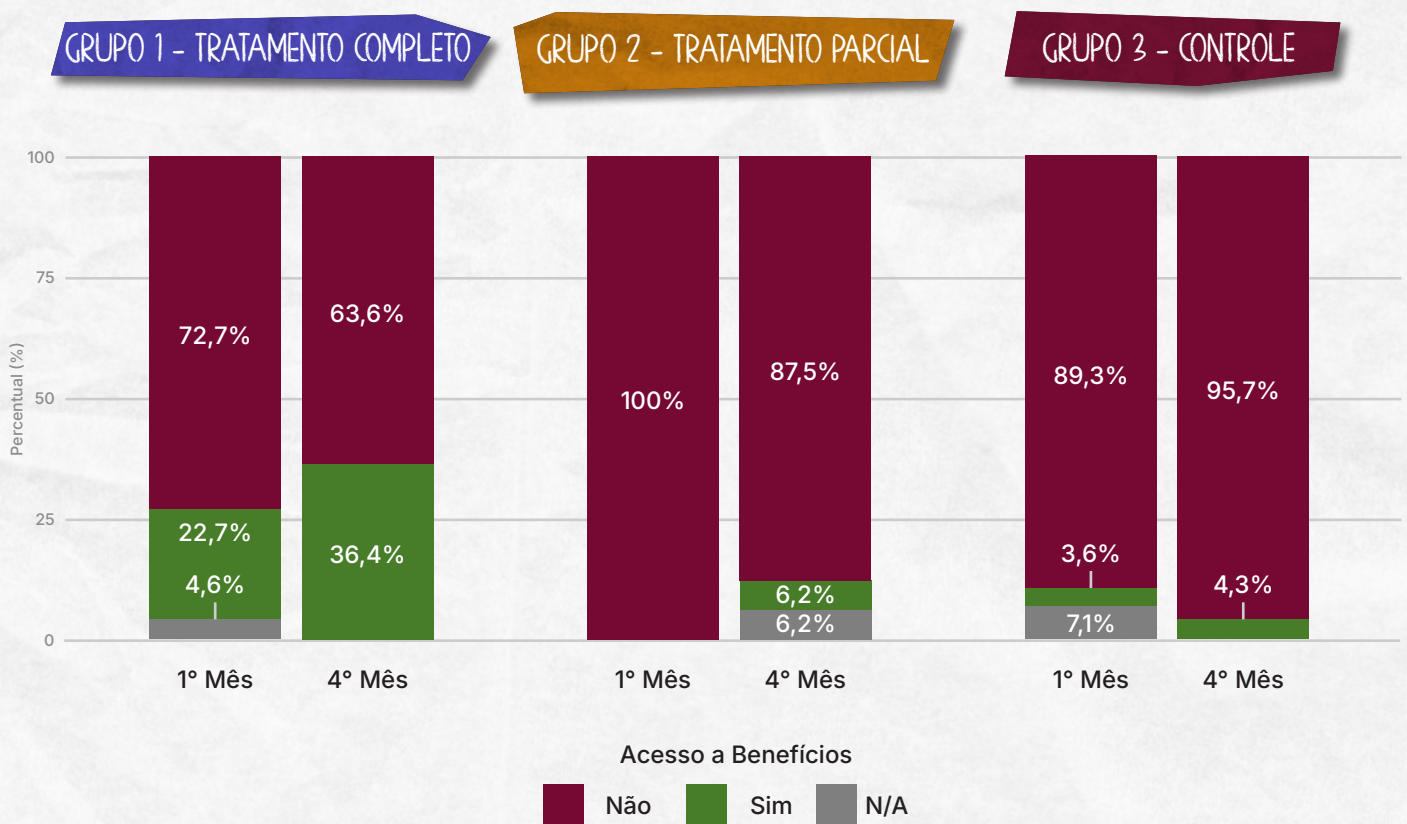
Embora o G3 encerre o período com o maior percentual absoluto, o ganho relativo entre a linha de base e o 4º mês é maior nos grupos tratados: G1 avança 39 pontos percentuais e G2 avança 41, contra 29 do G3, o que indica que os grupos com intervenção apresentaram evolução proporcionalmente mais expressiva na percepção de apoio do Estado. Isso acontece mesmo tendo esses grupos partido de uma posição mais desfavorável na valoração do apoio do Estado durante o encarceramento do que o grupo sem intervenção.

3.3 Achados nas comparações entre grupos

A Figura 5 mostra a comparação entre os grupos na variável acesso a programas sociais e benefícios públicos. Observa-se que o G1, grupo de tratamento completo, possui uma parcela considerável de

participantes que responderam ter acesso a programas sociais e benefícios públicos, embora a maioria dos egressos desse grupo ainda tenha respondido que não possui acesso. Em comparação com o G2, e o G3, o G1 se destaca, uma vez que os egressos dos demais grupos, em sua grande maioria, não acessaram benefícios públicos ou programas sociais.

Figura 5. Acesso a programas sociais



Fonte: elaboração própria com base nos dados coletados no 1º e no 4º mês pós-saída, sem linha de base

A Figura 6 apresenta a evolução do apoio familiar recebido pelos egressos ao longo dos três momentos de coleta (linha de base, 1º e 4º mês). Ao agregar as categorias 4 e 5 como avaliações positivas, no 4º mês o Grupo 1 apresenta uma proporção maior de respostas

favoráveis ($9,1\% + 81,8\% = 90,9\%$) do que o Grupo 3 ($13\% + 60,9\% = 73,9\%$). Os participantes do grupo de tratamento completo percebem níveis mais elevados de apoio familiar do que os participantes do grupo controle.

Figura 6. Comparação entre os grupos da variável de apoio familiar

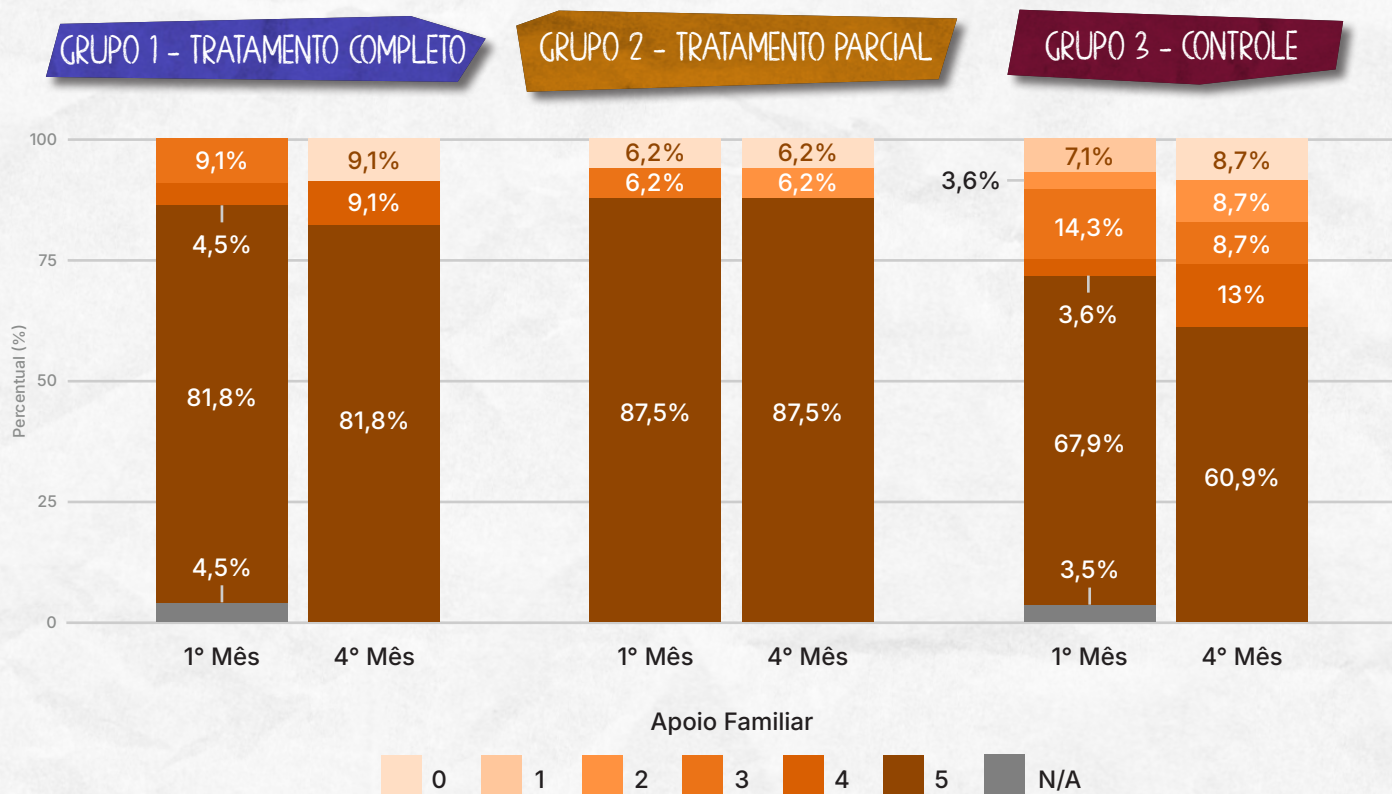
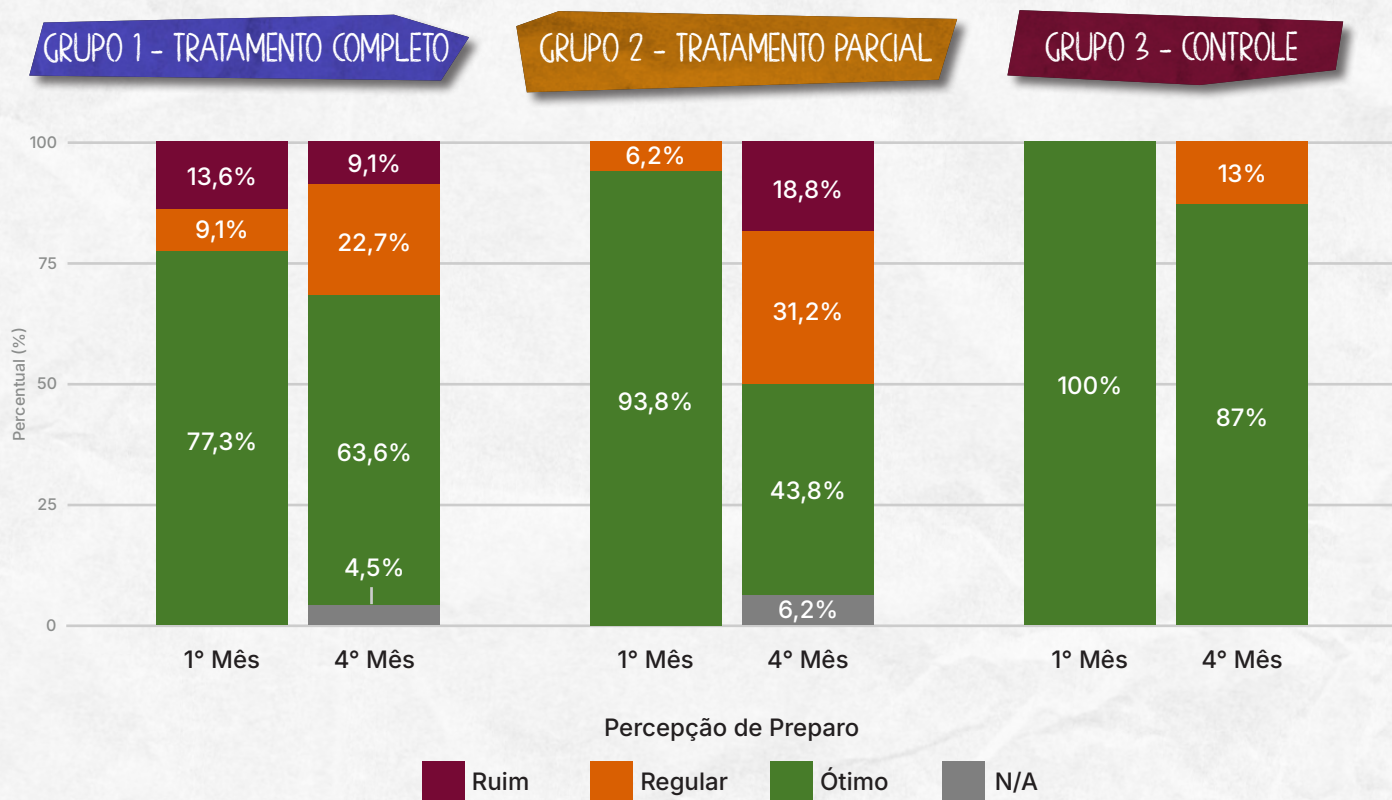


Figura 7. Percepção preparo pós-saída



A Figura 7 apresenta a evolução da percepção de preparo pós-saída nos três momentos de coleta. Ao contrário das demais variáveis que registraram melhora ou estabilidade após a soltura, os grupos com intervenção apresentaram trajetória de queda: tanto o G1 quanto o G2 avaliaram progressivamente de forma mais crítica o quanto estavam preparados para a transição para a liberdade. O G3, sem exposição aos componentes da intervenção, manteve percepção relativamente estável ao longo do período.

Esse padrão, aparentemente desfavorável aos grupos tratados, é coerente com um efeito previsível da preparação intramuros, também identificado na evolução da variável percepção do apoio do estado. Ao serem expostos ao PIS e às oficinas, os participantes desenvolveram maior consciência dos desafios associados à transição, como o que precisava ser regularizado, quais serviços precisavam ser acionados e quais barreiras práticas precisariam ser superadas. Essa consciência tende a elevar o padrão com o qual se avalia retrospectivamente o próprio preparo, tornando a avaliação mais exigente à medida que a experiência real da liberdade se impõe. No G3, a ausência de referências estruturadas sobre o que a liberdade demanda contribuiu para uma percepção mais estável, mas não necessariamente mais fundamentada.

3.4 Síntese dos achados

Os resultados significativos concentraram-se nas variáveis mais diretamente ligadas à teoria da intervenção — contato familiar, apoio do Estado, acesso a benefícios sociais e apoio familiar —, o que confere coerência interna aos achados: a intervenção produziu efeitos onde pretendia produzi-los.

O padrão geral é consistente e segue uma gradação clara entre os grupos. O G1, que recebeu a intervenção completa, com preparação intramuros e acompanhamento pós-saída, apresentou os melhores resultados em todas as dimensões analisadas: maior acesso a programas sociais e benefícios públicos, crescimento expressivo na percepção de apoio do Estado entre o 1º e o 4º mês e fortalecimento dos vínculos familiares após a saída. O G2, que passou apenas pela etapa intramuros, sem acompanhamento posterior, manteve estabilidade em algumas dimensões, especialmente no apoio familiar, mas não avançou nas variáveis que dependem de suporte contínuo após a soltura. O G3, sem nenhum componente da intervenção, apresentou os piores resultados nas comparações entre grupos e registrou queda expressiva no apoio familiar ao longo do tempo.

Interpretados em conjunto, os dados de contato e apoio familiar indicam que a liberdade, por si só, favorece a retomada de vínculos. O que a intervenção acrescentou, especialmente para o G1, foi transformar esse contato em apoio percebido e em conexão efetiva com recursos do Estado, dimensões que não melhoraram espontaneamente nos grupos sem acompanhamento.

Esses achados devem ser interpretados com cautela. Os testes indicam diferenças estatisticamente significativas, mas não constituem prova definitiva de causalidade. O tamanho reduzido da amostra, as perdas longitudinais e as diferenças pré-existentes entre os grupos são ressalvas a serem consideradas. O que os dados permitem afirmar é que os participantes que receberam o tratamento completo apresentaram um padrão coerente com o previsto pela teoria da mudança da intervenção, ou seja, trajetórias consistentemente mais favoráveis nas dimensões centrais da reintegração. Outras dimensões relevantes para a reintegração também foram abordadas nos questionários, como saúde e moradia, sem produzir resultados estatisticamente significativos. Por essa razão, elas não foram apresentadas na seção 3, mas serão discutidas abaixo, seguindo uma abordagem analítica distinta, menos dedutiva do que a que utilizada na análise de significância estatística.

4. Resultados: Uma visão multidimensional da Reintegração Social

4.1 Por que construir Índices Compostos

Além dos testes estatísticos, foram construídos Índices Compostos para acompanhar a trajetória dos participantes ao longo do tempo. Enquanto os resultados anteriores apresentam uma análise isolada de variáveis, os índices a seguir agregam um conjunto de indicadores em uma mesma dimensão de análise. Adotamos uma abordagem indutiva para construir os índices, selecionando as variáveis dos blocos temáticos comparáveis, que representam dimensões correlatas da reintegração social, com base na teoria da mudança e na literatura. Ou seja, partimos do pressuposto de que, no grupo tratamento, o apoio familiar tende a aumentar, os conflitos familiares a diminuir e a estabilidade habitacional a se fortalecer, com menor mobilidade entre moradias. Assim, esses indicadores foram analisados de forma conjunta na construção dos índices, a partir das respostas dos questionários. As variáveis foram padronizadas de modo a permitir a comparação entre dimensões distintas e a construção de um índice médio geral para cada participante, comparando o pré-egresso consigo mesmo, antes e depois da intervenção.

4.2 Como os índices foram construídos

Os índices foram calculados a partir do painel longitudinal com os três momentos de coleta, incluindo apenas participantes que responderam aos três questionários. As variáveis foram recodificadas para escala de 0 a 1 (1 = melhor situação, 0 = pior situação), com variáveis reversas de risco (conflitos familiares, uso de substâncias e mudança de moradia) com codificação invertida. O Grupo 2 foi excluído por razões metodológicas, pois perdeu 52% dos seus integrantes ao longo da intervenção, a maior perda acumulada do projeto. Assim, esta análise concentra-se nos Grupos 1, tratamento e 3, controle (19 e 23 participantes na amostra longitudinal, respectivamente).

Para o cálculo, foi utilizada a média aritmética simples, tanto para os questionários dentro de cada dimensão, quanto para o valor final desta dimensão em conjunto com as demais dimensões. Foram analisadas quatro dimensões, agregando as respostas às perguntas feitas para os indicadores abaixo:

- **Família (3 variáveis):** contato familiar, apoio familiar e conflitos familiares.
- **Saúde (4 variáveis):** acesso a serviços de saúde, saúde física, saúde mental/emocional e uso de substâncias.
- **Cidadania (3 variáveis):** programa social/benefício, documentação regularizada e fonte de renda.
- **Estabilidade habitacional (2 variáveis):** mudança de moradia, e segurança e estabilidade da moradia.²¹

Tabela 4. Evolução dos índices por bloco temático

Índice	G1 Δ (4M – LB) Tratamento completo	G3 Δ (4M – LB) Grupo controle	Diferença (G1 – G3)	Ganho Percentual
Família	+0,026	-0,022	+0,048	+4,8 pp
Saúde ▲	-0,303	-0,332	+0,029	+2,9 pp
Cidadania	+0,491	+0,420	+0,071	+7,1 pp
Estabilidade habitacional ▲	-0,131	-0,011	-0,121	-12,1 pp
Índice Geral	+0,021	+0,014	+0,007	+0,7 pp

Escala 0–1

Δ = variação entre 4 meses e linha de base

▲ = Dimensões onde o desempenho do G1 (tratamento completo) é negativo.

LB = Linha de Base

1M = 1 mês

4M = 4 meses

Fonte: elaboração própria

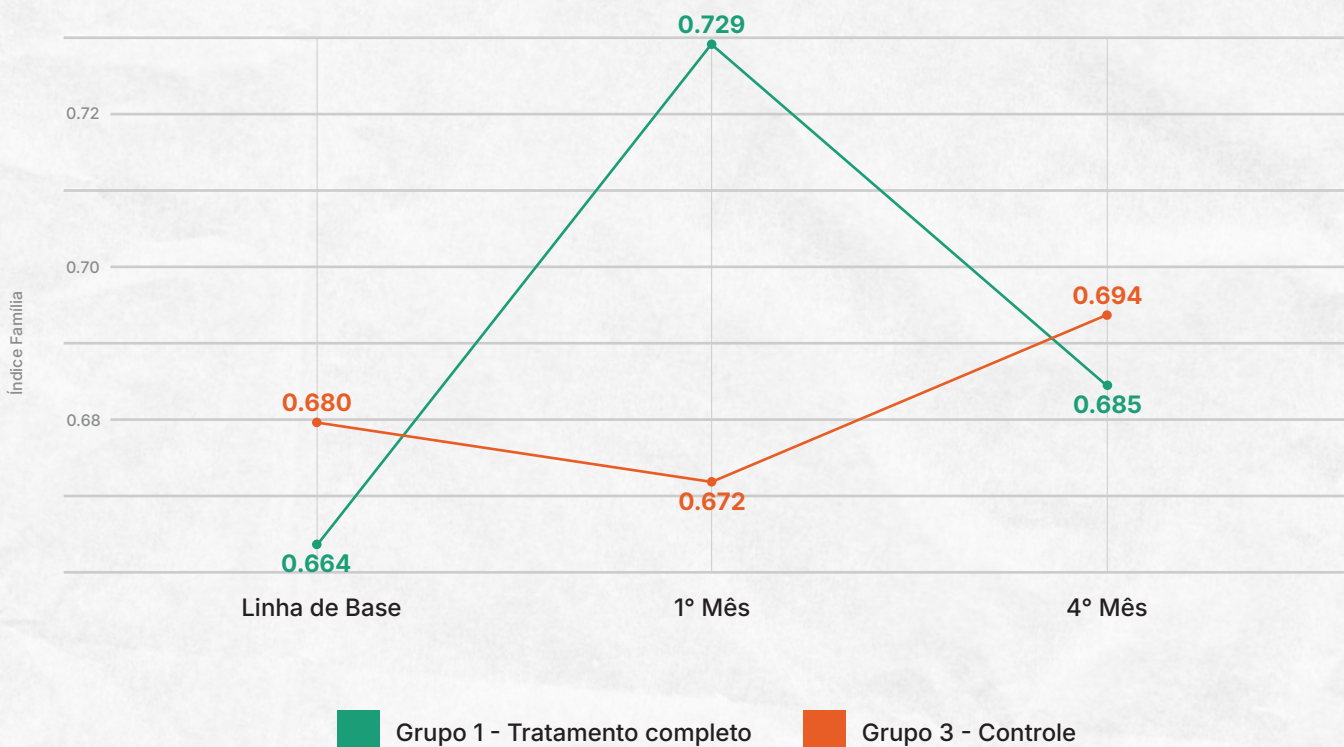
A análise dos deltas médios por dimensão revela dinâmicas que o índice agregado oculta. No índice de cidadania, verifica-se o maior efeito absoluto da avaliação: o G1 avançou +0,491 e G3 +0,420, com uma diferença de +0,071 em favor do G1. O acompanhamento converteu orientação em acesso efetivo a benefícios, documentação e renda.

No índice de família, os trajetos divergiram: G1 cresceu +0,026, enquanto G3 recuou -0,022 (diferença em favor de G1 de +0,048), sugerindo que, sem acompanhamento estruturado, os vínculos fragilizados pelo encarceramento tendem a erodir após a soltura.

No índice de saúde, a queda foi generalizada: -0,303 no G1 e -0,332 no G3. A diferença positiva em favor do G1, de +0,029, indica proteção relativa, mas a magnitude do declínio em ambos os grupos aponta para um fenômeno estrutural — a ruptura dos cuidados na transição para a liberdade — que a intervenção não foi capaz de reverter.

No índice de estabilidade habitacional, aparece a única diferença negativa da análise (-0,121). O G1 apresentou queda mais acentuada (-0,131) do que o G3 (-0,011). A moradia se mostra, portanto, uma dimensão mais sensível a vulnerabilidades materiais e familiares, menos passível de estabilização apenas por meio do acompanhamento individual.

Figura 8. Evolução do Índice Médio Geral



Fonte: elaboração própria

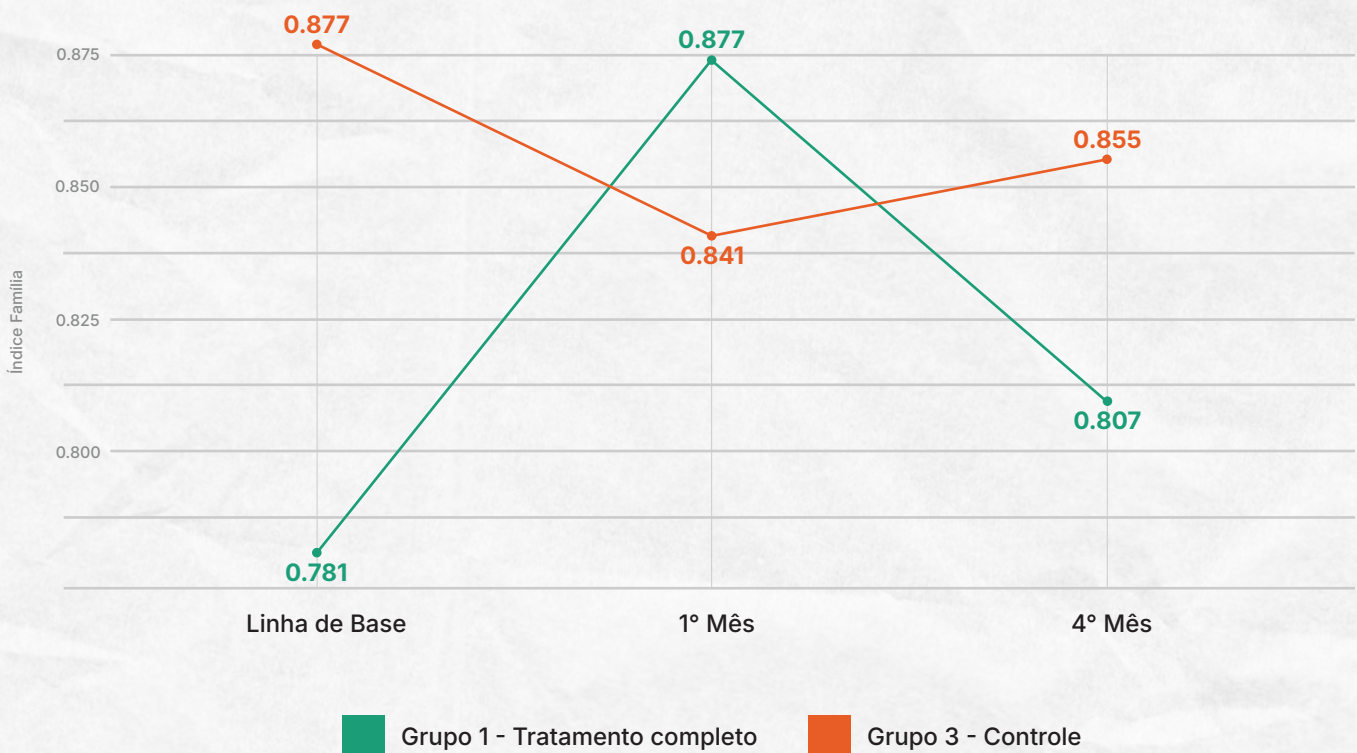
No índice médio geral, o G1 apresentou ganho expressivo no primeiro mês, passando de 0,664 na linha de base para 0,729. Entre o primeiro e o quarto mês, houve queda para 0,685 indicando perda parcial do efeito inicialmente observado. O G3, por sua vez, apresentou trajetória mais constante, com pequenas variações entre os três momentos: 0,680 na linha de base, 0,672 no primeiro mês e 0,694 no quarto mês. Seu ganho final no índice foi de +0,014. Assim, embora o G3 termine ligeiramente acima do G1 no quarto mês, sua evolução foi praticamente estável; já o G1 teve uma trajetória mais intensa, com forte melhora inicial, posterior retração e manutenção de saldo final positivo em relação à linha de base. No final, o ganho percentual do G1 em relação ao G3 foi de +0,7 pp.

4.3 Dimensão Família

O índice de família revela trajetórias distintas entre os grupos. O G1 partiu de 0,781 (linha de base), atingiu 0,877 (1º mês) e recuou para 0,807 (4º mês). O G3 partiu de patamar mais elevado (0,877), recuou para 0,84 no 1º mês e chegou a 0,85 no 4º mês.

A diferença final entre os grupos ($0,855 \times 0,807$) deve ser lida à luz das condições iniciais: o G1 apresentou maior vulnerabilidade familiar na linha de base (mais solteiros, menos filhos e maior isolamento durante o encarceramento). O crescimento do índice do G1 entre a linha de base e o 4º mês indica ganho relativo na dimensão familiar, especialmente no 1º mês, quando o acompanhamento pós-saída ainda estava ativo.

Figura 9. Evolução do Índice de Família

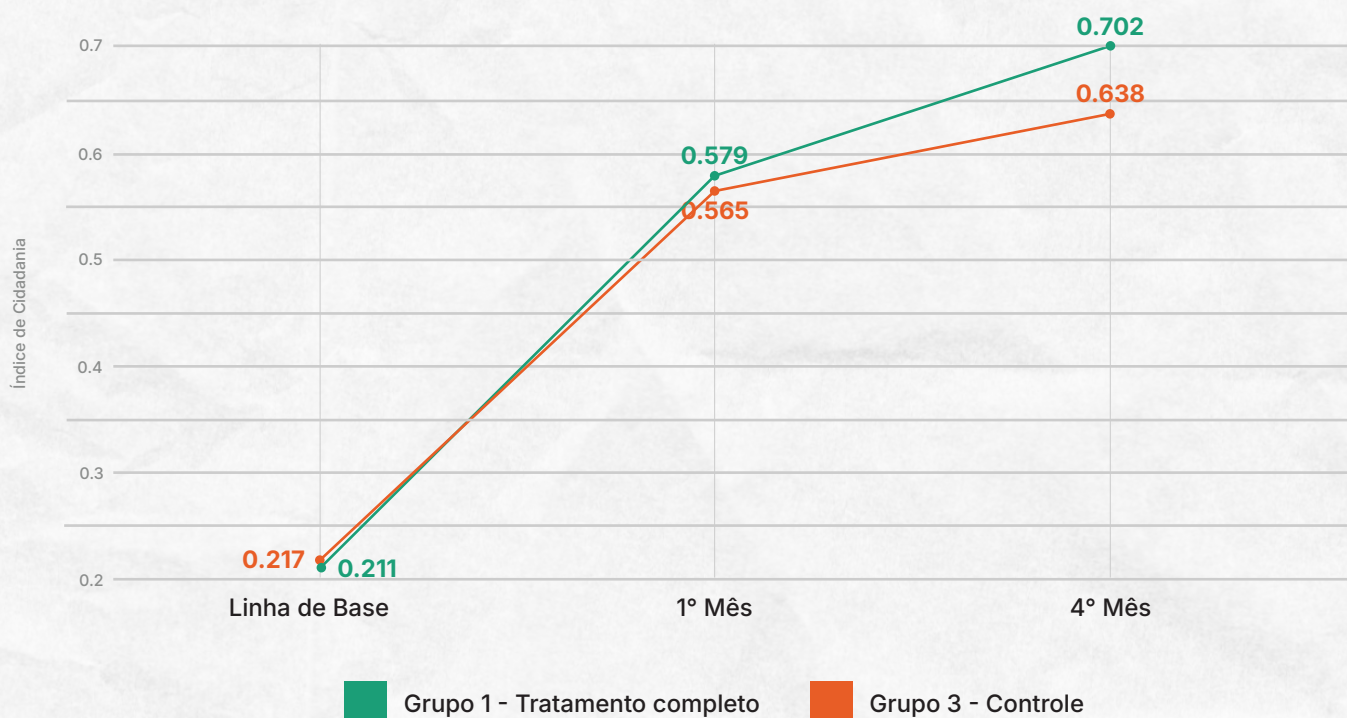


Fonte: elaboração própria

4.4 Dimensão Cidadania

O índice de cidadania é a dimensão que apresentou maior crescimento e na qual o G1 apresenta a diferença mais favorável. Ambos os grupos partiram de patamares muito baixos na linha de base (0,217 × 0,211), reflexo do próprio contexto de privação de liberdade. O G1 chegou a 0,702 no 4º mês e o G3, a 0,638.

Figura 10. Evolução do Índice de Cidadania



Fonte: elaboração própria

Esse resultado é coerente com o papel central que o acompanhamento pós-saída desempenha na articulação dos egressos com a rede de políticas públicas, incluindo o acesso a benefícios sociais, a regularização documental, o apoio do Estado na busca por fontes de renda e a capacitação para reinserção no mercado de trabalho.

Durante os três meses de acompanhamento, a equipe que atendeu o Grupo 1 realizou encaminhamentos ativos para programas de transferência de renda, documentação

e inserção produtiva, ações que compõem diretamente o bloco de cidadania. O contraste com o Grupo 3, que não avançou de forma significativa nessas dimensões, reforça que o acompanhamento estruturado contribuiu para ampliar o acesso a direitos que não ocorreria espontaneamente no período pós-soltura.

Para observar o efeito da intervenção ao longo do tempo nessa dimensão com maior granularidade, a Tabela 5 apresenta a evolução do acesso a benefícios sociais, indicador que compõe o índice de cidadania.

Tabela 5. Acesso a benefício social por grupo e momento de coleta

Momento	G1 Tratamento completo	G3 Controle	Diferença
Linha de base	0% (0/19)	0% (0/23)	—
1 mês	26% (5/19)	4% (1/23)	+22 pp
4 meses	37% (7/19)	4% (1/23)	+33 pp

Fonte: elaboração própria

Na linha de base, nenhum participante de nenhum dos dois grupos acessava benefícios sociais, pois todos estavam privados de liberdade. Ao longo dos quatro meses, um número razoável de participantes do Grupo 1 passou a acessar algum programa social, tendência que não se observou entre os participantes do Grupo 3.

Figura 11. Diagrama de dispersão: acesso a benefício social

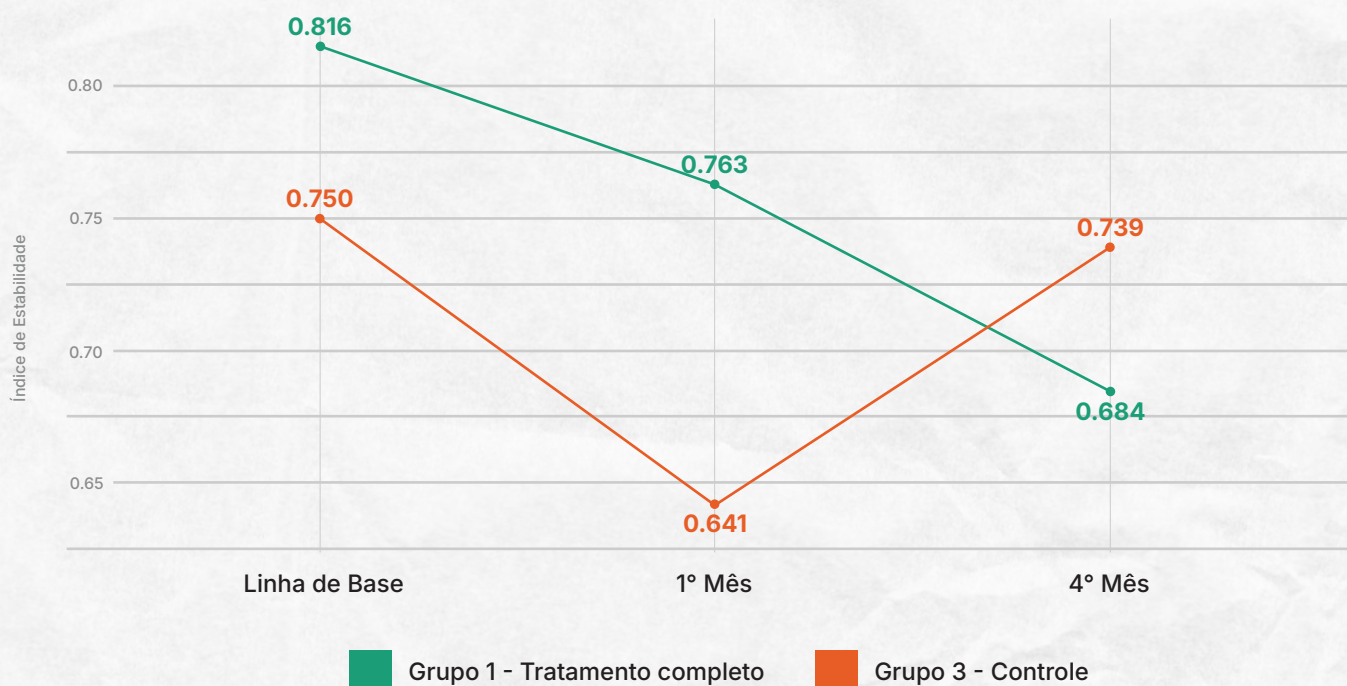
Fonte: elaboração própria com base nos dados dos G1 e G3 ao longo do período analisado

O diagrama de dispersão acima evidencia o diferencial do tratamento. Na linha de base, nenhum participante de nenhum grupo acessava benefícios sociais: todos os pontos se concentram no canto inferior esquerdo (Não → Não). Ao longo dos quatro meses, 7 dos 19 participantes do Grupo 1 (37%) passaram a acessar algum benefício social, enquanto apenas 1 dos 23 participantes do Grupo 3 (4%) alcançou o mesmo resultado. Essa diferença de 33 pontos percentuais representa o impacto mais robusto e visualmente distinto identificado em toda a análise de índices. O acompanhamento pós-saída, ao articular os egressos ativamente com os sistemas de proteção social — Cadastro Único, Bolsa Família e outros programas estaduais —, constitui a principal hipótese para esse resultado positivo da intervenção na dimensão de cidadania.

4.5 Dimensão Estabilidade Habitacional

No índice de estabilidade habitacional, o G1 partiu de uma melhor condição que o G3, com 0,816 contra 0,750, mas apresentou queda contínua até o 4º mês, encerrando em 0,684. O G3 também caiu no 1º mês, mas recuperou parte do índice no 4º mês, terminando em 0,739. Assim, houve inversão entre os grupos: o G1 começou acima, mas terminou abaixo do G3. Esta foi a única dimensão em que a comparação entre G1 e G3 foi negativa para o G1, com diferença de -12,1 pp. É importante sublinhar que as duas perguntas sobre moradia feitas aos egressos na linha de base eram sobre sua condição anterior à prisão e expectativas de segurança e estabilidade após saída da PAISJ, e estão mais sujeitas à subjetividade dos participantes do que as perguntas feitas no primeiro e quarto mês após saída nestes temas, quando o domicílio do egresso já não é a penitenciária. A piora do momento linha de base → mês 1 nos dois grupos aponta para uma tendência comum de projeções positivas dos egressos que aparentemente não se concretizam com a saída, conforme veremos mais adiante.

Figura 12. Evolução do Índice de Estabilidade Habitacional



Fonte: elaboração própria

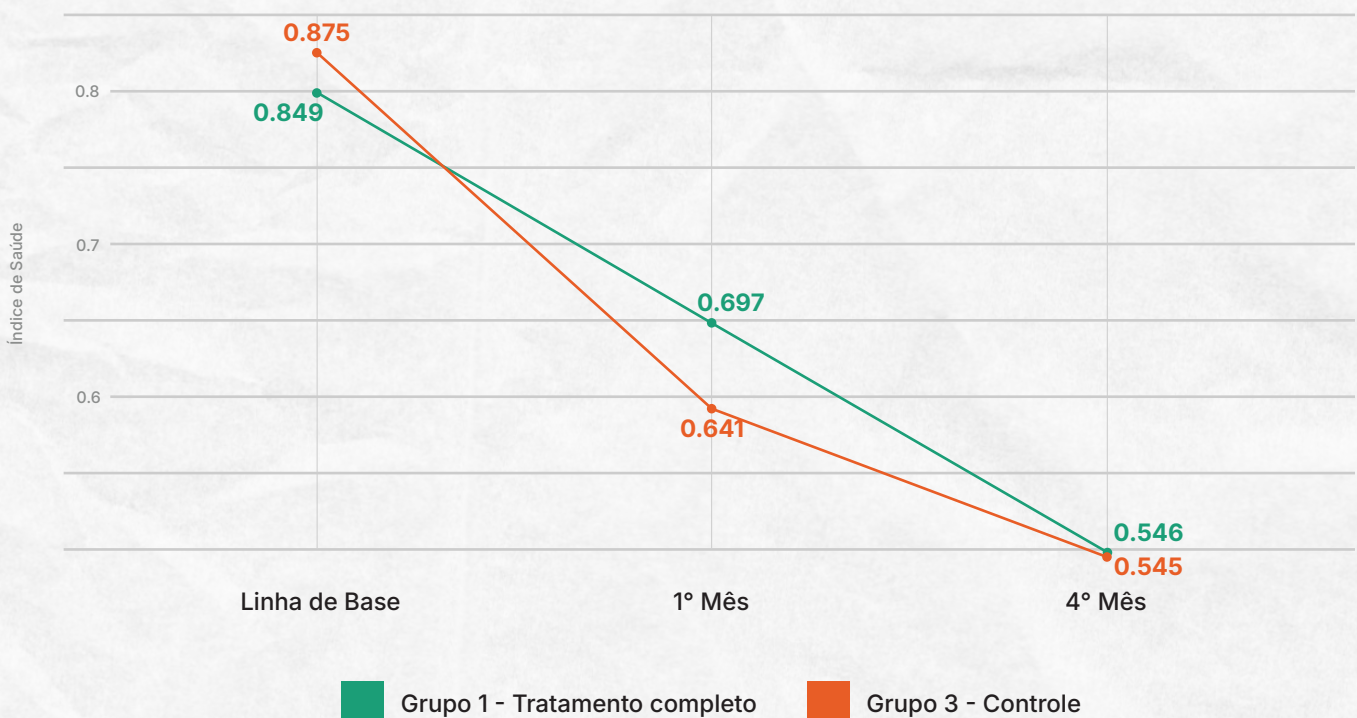
4.6 Dimensão Saúde

O índice de saúde apresenta a trajetória mais preocupante. O G1 recuou de 0,849 (linha de base) para 0,697 (1º mês) e 0,546 (4º mês). O G3 apresentou trajetória praticamente idêntica: de 0,875 para 0,641 e 0,545.

A semelhança da queda nos dois grupos indica que essa piora não é uma característica específica de um grupo, mas reflete um fenômeno estrutural da transição

entre prisão e liberdade: ao sair da unidade prisional, os participantes perdem acesso regular aos serviços de saúde disponíveis intramuros sem conseguir substituí-los rapidamente pela rede pública extramuros. Mesmo o grupo com acompanhamento pós-saída não conseguiu reverter essa deterioração, o que indica que o acompanhamento psicossocial, por si só, não substitui a necessidade de um protocolo específico de continuidade do cuidado em saúde.

Figura 13. Evolução do Índice de Saúde

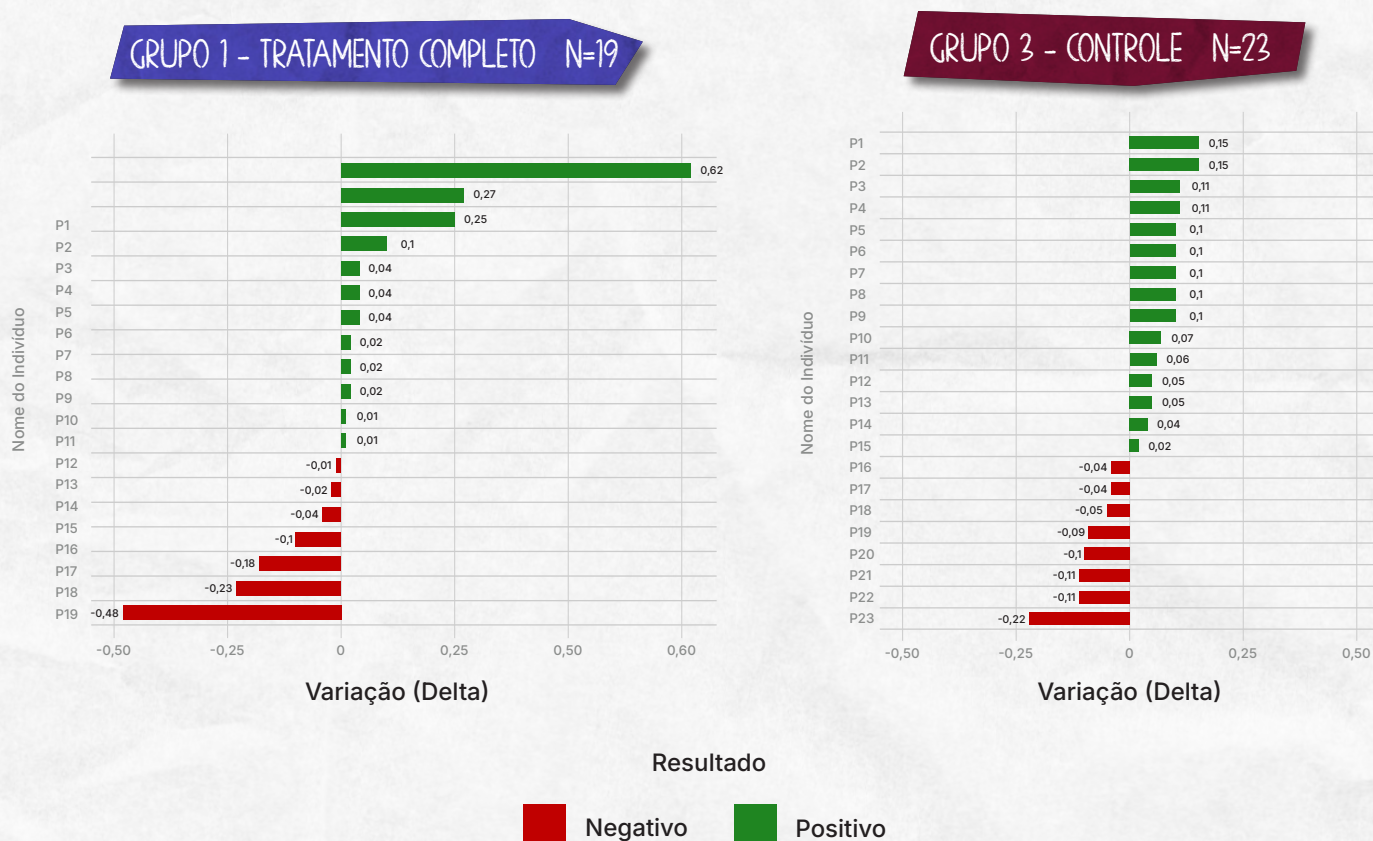


Fonte: elaboração própria

4.7 Variação individual do Índice Médio Geral

A análise das médias por grupo pode ocultar heterogeneidade interna relevante. No conjunto, 12 dos 19 participantes do G1 (63%) e 15 dos 23 participantes do G3 (65%), apresentaram melhora no índice médio. A proporção de participantes com variação positiva foi, portanto, ligeiramente maior no G3.

Figura 14. Variação individual do Índice Médio Geral



Fonte: elaboração própria.

A diferença central entre os grupos aparece menos na proporção de participantes que melhoraram e mais na amplitude das trajetórias individuais. No G1, os resultados foram mais dispersos: o maior ganho individual chegou a +62 p.p., enquanto a maior queda foi de -48 p.p. Esse padrão indica respostas muito distintas dentro do grupo de tratamento, combinando trajetórias de melhora expressiva com casos de deterioração acentuada.

No G3, as variações foram mais concentradas em torno de zero: o maior ganho foi de +15 p.p. e a maior queda foi

de -22 p.p. Isso sugere uma trajetória mais homogênea no grupo controle, com menor intensidade tanto nas melhoras quanto nas quedas. Assim, o principal contraste entre G1 e G3 não está na quantidade de participantes que melhoraram, mas na magnitude das mudanças observadas. A intervenção parece estar associada a um maior potencial de ganho em alguns casos, especialmente entre participantes que responderam positivamente ao acompanhamento, mas seus efeitos não foram uniformes e não impediram perdas importantes em trajetórias individuais mais vulneráveis.

4.8 Síntese dos achados

O QUE OS ÍNDICES REVELAM

CIDADANIA

Principal resultado favorável ao G1, especialmente no que diz respeito ao acesso a benefícios sociais.

FAMÍLIA

G1 registrou melhora; G3, queda. O diferencial não está no contato familiar, que cresceu nos três grupos após a soltura, mas no apoio familiar percebido, que se manteve mais estável no G1 do que no G3 ao longo do período.

ESTABILIDADE HABITACIONAL

Maior queda no G1, associada ao perfil mais vulnerável do grupo na linha de base. Foi a única dimensão em que o G3 supera o G1.

HETEROGENEIDADE INDIVIDUAL

O G3 praticamente retornou ao patamar da linha de base, enquanto o G1 apresentou um delta médio 0,7 ponto percentual superior, com efeitos mais pronunciados entre os participantes que mantiveram adesão ao acompanhamento pós-saída.

5. Principais ganhos da intervenção

5.1 O que as evidências permitem afirmar

A resposta é positiva, mas deve ser qualificada. As evidências indicam que a intervenção produziu efeitos reais e mensuráveis, com destaque para três resultados: acesso a benefícios sociais, apoio familiar e índice de cidadania, que concentram os achados mais robustos e consistentes da análise. Ao mesmo tempo, a intervenção não foi suficiente para reverter tendências estruturais da transição para a liberdade, como a deterioração das condições de saúde. Essa leitura exige equilíbrio: reconhecer os ganhos observados, sem ignorar o tamanho reduzido da amostra, o curto período de acompanhamento e os limites estruturais da intervenção.

5.2 A preparação intramuros fez diferença?

Os resultados sugerem que sim. A preparação intramuros — PIS, oficinas e Mapa de Saída — mostrou-se associada a resultados mais favoráveis nas dimensões de apoio familiar e acesso a benefícios sociais, especialmente quando combinada com o acompanhamento pós-saída. Esse achado sugere que a fase intramuros produziu orientação e organização relevantes: os participantes chegaram ao momento da saída com maior clareza sobre seus encaminhamentos prioritários e maior capacidade de acionar redes de suporte para alcançá-los.

Os resultados também sugerem que a preparação antes da saída tem valor próprio, mesmo sem acompanhamento posterior. O acompanhamento pós-saída é decisivo para converter parte dessa preparação em acesso concreto a direitos, mas a etapa intramuros já produz diferença na forma como os participantes compreendem e avaliam sua transição.

5.3 Onde estão os principais ganhos da intervenção

Os principais ganhos mensuráveis estão no aumento do apoio familiar e no índice de cidadania, mais especificamente no acesso a benefícios sociais. No índice de cidadania, G1 e G3 partiram de patamares praticamente iguais, mas os deltas médios divergiram, com diferença final de 7,1 pp — o maior diferencial observado entre as dimensões positivas dos índices compostos. O acesso a benefícios torna esse resultado ainda mais claro: diferença de 33 pp entre G1 e G3. Sem mediação ativa, muitos egressos elegíveis tendem a não acessar esses benefícios por barreiras de informação, documentação, deslocamento ou navegação institucional. O ganho do projeto não está apenas em informar os participantes, mas em apoiar concretamente sua conexão com a rede de proteção social.

O segundo resultado de destaque é o índice de família. Com um ganho médio de +4,8 pp na dimensão, o G1 concentrou os maiores níveis de apoio familiar, uma das três variáveis que compõem o índice, ao longo do período — no 4º mês, 81,8% dos participantes reportaram o nível máximo nessa variável. O G3, sem nenhuma intervenção, registrou os menores patamares e apresentou queda expressiva entre o 1º e o 4º mês: de 70,4% para 60,9% com apoio familiar máximo, indicando que, na ausência de suporte

estruturado, o vínculo familiar tende a se fragilizar à medida que o tempo pós-soltura avança. Essa divergência sugere que o acompanhamento não apenas informa: ele opera sobre as relações que sustentam a reintegração.

Os dois efeitos se reforçam mutuamente: vínculos familiares fortalecidos ampliam a capacidade de estabilização do egresso; e a conexão com benefícios sociais reduz a pressão econômica que costuma erodir esses vínculos. Eles representam o núcleo em que a intervenção produziu o resultado mais concreto e mensurável.

5.4 O que a intervenção não conseguiu reverter

Os resultados também evidenciam os efeitos da intervenção nas dimensões mais sistêmicas analisadas: saúde e habitação. A dimensão de saúde deteriorou-se de forma muito semelhante nos dois grupos. Esse padrão indica um fenômeno estrutural: ao sair da unidade prisional, os egressos perdem acesso regular aos cuidados disponíveis intramuros e não conseguem migrar rapidamente para a rede pública, mesmo quatro meses após a saída do encarceramento. O índice de estabilidade habitacional aponta vulnerabilidade semelhante, mas com efeito mais concentrado no G1: embora o grupo tenha partido em melhor condição, terminou abaixo do G3 no 4º mês. Esta foi a única dimensão em que a comparação entre G1 e G3 se tornou negativa para o G1, com diferença de -12,1 pp.

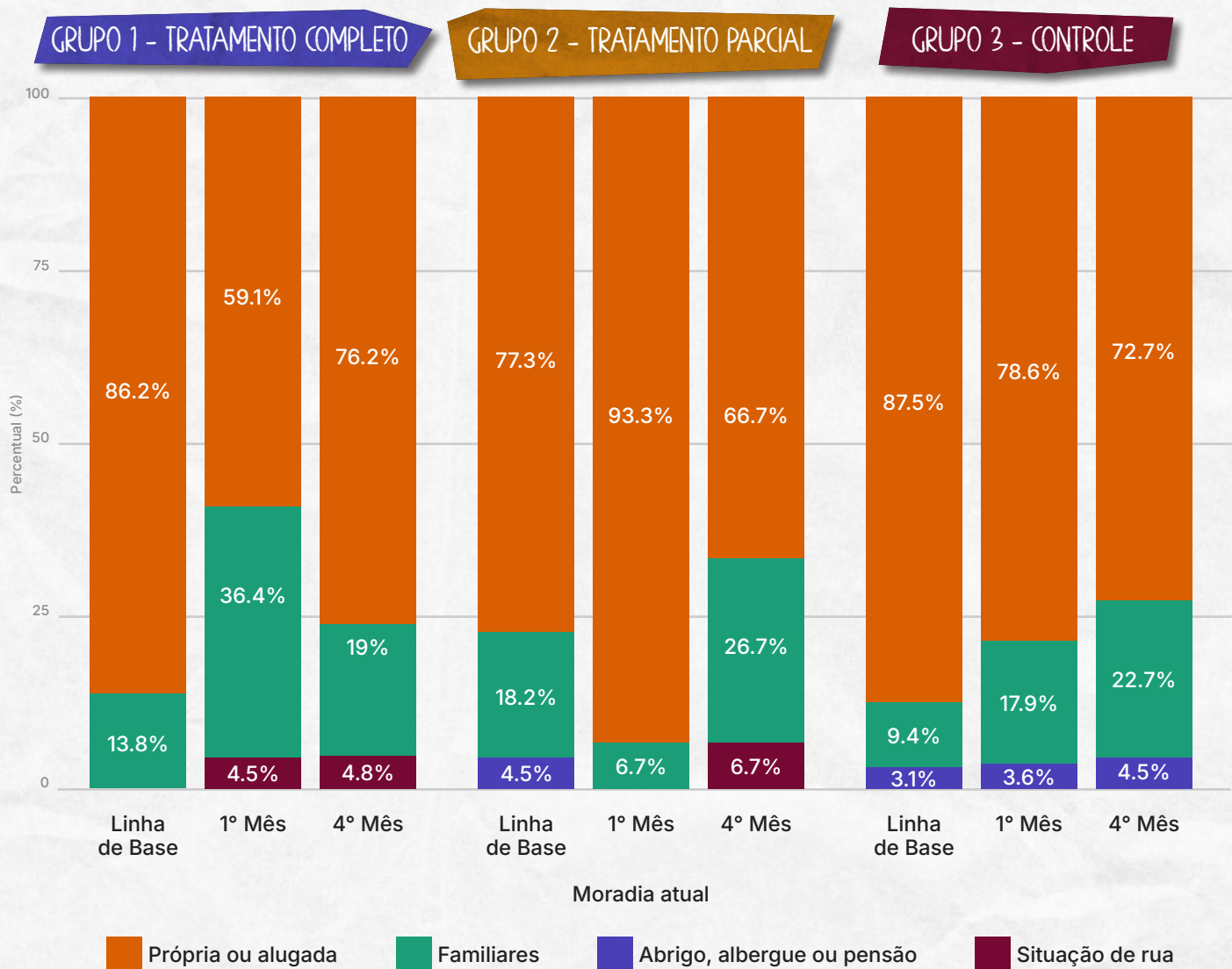
Para aprofundar essa questão, a variável de moradia atual, embora não integre o índice composto de estabilidade habitacional, constitui subsídio importante para compreender a dinâmica habitacional dos egressos. Na linha de base, a pergunta buscava identificar para onde os participantes esperavam se mudar após

a saída. A maioria antecipava moradia própria ou alugada: G1 (86,2%), G2 (77,3%) e G3 (87,5%). No primeiro mês pós-saída, a casa própria ou alugada só se confirmou para 59,1% dos integrantes do G1, com muitos egressos se estabelecendo em moradias de familiares (36,4%); alguns dos quais reportaram melhora no 4º mês. A trajetória de evolução foi (86,2% → 59,1% → 76,2%), mas a dependência familiar permaneceu acima da linha de base (19,0%). O G3 apresentou deterioração linear (87,5% → 78,6% → 72,7%), enquanto o G2 exibiu um padrão atípico, com pico

no 1º mês (93,3%) e recuo no 4º mês (66,7%), quando registrou um caso de situação de rua (6,7%).

A ocorrência de situação de rua foi registrada no G1 (4,5%; 4,8%) e G2 (6,7%). Esses números, contudo, subestimam a real dimensão do problema: o acompanhamento pós-saída identificou outros quatro participantes que, já no primeiro mês em liberdade, passaram a viver em situação de rua e não foram localizados nos momentos de coleta.

Figura 15. Moradia atual dos egressos



Fonte: elaboração própria com base nos dados coletados na linha de base, 1º e no 4º mês pós-saída

Diante desse quadro, nas duas dimensões analisadas — saúde e habitação — os achados evidenciam que a preparação e o acompanhamento psicossocial não substituem protocolos específicos de continuidade do cuidado em saúde nem respostas estruturadas para a estabilização habitacional no período pós-saída.

5.5 Limitações da análise

Por se tratar de uma intervenção piloto, a avaliação deve ser interpretada como uma análise exploratória de viabilidade, implementação e efeitos iniciais. Três ações centrais devem orientar a leitura dos resultados:

- **Tamanho da amostra e perda longitudinal:** a amostra completa ficou com 54 participantes, com perda total de 40,7%. O G2 teve perda de 52%, limitando as inferências sobre o efeito isolado da fase intramuros.
- **Horizonte temporal:** quatro meses permitem observar trajetórias iniciais, mas não sustentam conclusões definitivas sobre reincidência, reinserção produtiva ou reintegração social estável.
- **Assimetrias na linha de base:** apesar da alocação aleatória, o G1 partia de condições mais desafiadoras (mais jovem, maior percentual de solteiros, maior isolamento das famílias), o que exige cautela na comparação direta entre grupos, ao mesmo tempo que reforça a relevância dos ganhos observados.

A força das inferências estatísticas é dada pelo tamanho reduzido da amostra, especialmente quando os resultados são desagregados por grupo. Além disso, o estudo não permite medir efeitos de

longo prazo sobre reincidência, reinserção produtiva duradoura ou reintegração social estável, restringindo-se aos indicadores mapeados durante a intervenção, com base nos dados coletados dentro e fora da unidade prisional. Outra ressalva refere-se à extrapolação dos resultados para outros formatos de encarceramento: o modelo pressupõe uma população em fase final de cumprimento de pena, em unidades de transição como a PAISJ, de modo que outros cenários da realidade prisional demandam adaptações no desenho da intervenção. Em unidades com presos provisórios, por exemplo, a imprevisibilidade do tempo de permanência é incompatível com a lógica de preparação gradual que sustenta o modelo.

6. Desafios da implementação

A avaliação de processo analisou como a intervenção foi implementada, quais componentes chegaram aos participantes e quais fatores facilitaram ou dificultaram sua execução, buscando compreender não apenas se o projeto produziu mudanças, mas também como esses efeitos ocorreram nas condições concretas em que foi realizado.

6.1 Limites encontrados na implementação da intervenção

A principal limitação foi a fragilidade da rede de atenção ao egresso na Região Metropolitana do Recife. O fechamento do Escritório Social de Olinda durante a execução reduziu a capacidade de continuidade territorial

dos encaminhamentos, concentrando no Patronato Penitenciário funções que extrapolavam sua capacidade operacional. Sem uma rede articulada de saúde, assistência social, documentação, trabalho e apoio psicossocial, o acompanhamento produzia orientação e vínculo, mas encontrava limites para converter encaminhamentos em acesso efetivo a direitos e serviços.

A fragilidade do fluxo de soltura na PAISJ também comprometeu aspectos da implementação. A ausência de previsibilidade sobre as datas de saída dificultou o planejamento intramuros, levou à perda de participantes no projeto, quando a saída acontecia antes do cumprimento das três etapas intramuros, aumentou o risco de perda de contato logo após a libertação, já que, muitas vezes, as datas que constavam no sistema eram diferentes das datas efetivas de saída de alguns participantes, e inviabilizou medidas originalmente previstas, como a entrega antecipada de cartões de transporte e a entrega e revisão do Mapa de Saída no momento da libertação.

A perda de contato com parte dos participantes esteve associada a fatores comuns ao perfil dessa população: instabilidade habitacional, troca frequente de telefone e ruptura de vínculos familiares. Por fim, a implementação evidenciou a insuficiência de respostas especializadas em saúde mental e uso problemático de substâncias — a equipe identificava vulnerabilidades e orientava os participantes, mas a ausência de fluxos estruturados de atendimento e encaminhamento ou a capacidade de resposta em situações que demandavam cuidado especializado.

6.2 O que a implementação ensina sobre o modelo e seus mecanismos de sustentação

O modelo de intervenção não se sustenta apenas pela oferta isolada de atividades, mas pela articulação entre quatro componentes centrais: escuta qualificada antes da saída, orientação prática e personalizada, vínculo ativo nos primeiros meses de liberdade e conexão concreta com a rede de serviços. O PIS só ganha força quando se traduz em encaminhamentos viáveis; as oficinas produzem mais efeito quando dialogam com oportunidades reais; o Mapa de Saída só é útil quando os serviços indicados estão ativos e acessíveis; e o acompanhamento pós-saída depende de equipe, tempo, transporte, flexibilidade e capacidade de resposta.

Nesse sentido, a avaliação de processo indica que três mecanismos foram decisivos para sustentar a implementação. O primeiro foi o vínculo com a equipe de trabalho. A construção de uma relação mínima de confiança entre participantes e equipe foi condição para manter contato após a saída e reduzir a percepção de que o acompanhamento seria uma forma de controle, cobrança ou fiscalização. Essa dimensão é coerente com a metodologia de singularização do CNJ, que enfatiza a escuta qualificada, o sigilo, a pactuação voluntária e a não interferência da participação nas decisões judiciais.

O segundo mecanismo foi a flexibilidade operacional. O contato por telefone e WhatsApp, o envio prévio de mensagens antes das ligações e a possibilidade de atendimento em horários compatíveis com a disponibilidade dos participantes, inclusive à noite e nos finais de semana e o atendimento a familiares, em algumas situações, foram adaptações fundamentais. Em uma população marcada por rotinas instáveis, trabalho informal, mudanças de endereço e desconfiança institucional, a rigidez de horários e de canais de comunicação tenderia a reduzir a adesão dos participantes. A experiência indica que, para egressos, a continuidade do acompanhamento depende menos de um formato único e mais da capacidade de manter uma presença institucional por múltiplos meios.

O terceiro mecanismo foi o apoio material mínimo. Cartão de transporte, vouchers,²² e recargas de celular funcionaram como condições práticas para viabilizar comparecimentos, deslocamentos, respostas aos contatos e comunicação com a equipe. Em contextos de alta vulnerabilidade, como o vivido pelos participantes, pequenos custos de transporte ou comunicação podem inviabilizar completamente a participação.

Assim, a principal lição da implementação é que o modelo precisa ser compreendido como uma cadeia integrada de cuidado, orientação e mediação institucional, pois, quando um desses elos se fragiliza, a capacidade do projeto de produzir encaminhamentos concretos e sustentar a transição entre prisão e liberdade também se reduz.

6.3 Condições mínimas para replicação e escalonamento

Replicar e escalar o modelo exige mais do que ampliar o número de participantes.

São condições mínimas:

- **Previsibilidade das saídas:** sistema de informação capaz de identificar com maior precisão quem está próximo da liberdade.
- **Protocolo de soltura:** documentação, informações básicas, encaminhamentos e contato de referência para o egresso.
- **Equipe psicossocial:** em número compatível com a demanda, com possibilidade de atuação intramuros e pós-saída.
- **Rede de atenção ao egresso:** articulação entre Escritórios Sociais, Patronato e serviços municipais de saúde, assistência social, documentação, trabalho e renda, com foco em orientação, encaminhamento qualificado e acompanhamento do acesso efetivo aos serviços.
- **Mecanismos de busca ativa:** visita domiciliar, contato com pessoas de referência, apoio ao deslocamento e à comunicação.

SÍNTESE DA AVALIAÇÃO DE PROCESSO

O QUE A IMPLEMENTAÇÃO CONFIRMOU

O modelo é operacionalmente viável nas condições concretas de uma unidade prisional. Foi possível mobilizar pré-egressos, realizar escuta qualificada, elaborar Planos Individuais de Saída, realizar oficinas em grupo, construir Mapas de Saída e manter acompanhamento pós-saída por três meses. A adesão foi maior quando a abordagem foi percebida como apoio e não como controle.

O QUE NÃO PODE FALTAR

- Escuta qualificada antes da saída
- Orientação prática e personalizada
- Vínculo ativo nos primeiros meses
- Articulação real com a rede de serviços

Sem esses quatro elementos, os efeitos se perdem na execução.

O GARGALO CENTRAL

A fragilidade da rede de atenção ao egresso na Região Metropolitana do Recife. O acompanhamento produz orientação e vínculo, mas encontrou barreiras para transformar os encaminhamentos em acesso efetivo a direitos e serviços. O fechamento do Escritório Social de Olinda durante a execução é o exemplo mais concreto desse risco.

CONDIÇÕES MÍNIMAS PARA REPLICAÇÃO

Entre elas estão a previsibilidade das saídas; um protocolo de soltura; uma equipe psicossocial em número compatível; uma rede territorial ativa de saúde, assistência social, documentação, trabalho e moradia; e mecanismos de busca ativa que não dependam de endereço fixo ou telefone estável dos egressos.

7. Conclusões e Recomendações

O projeto piloto demonstrou que a transição entre prisão e liberdade pode ser organizada de forma mais planejada, individualizada e orientada por evidências. Em condições reais de implementação, foi possível mobilizar pré-egressos, aplicar instrumentos de escuta, preparar a saída, acompanhar participantes após a libertação e produzir dados comparáveis entre grupos com diferentes níveis de exposição à intervenção. Em um campo ainda marcado pela escassez de avaliações sistemáticas, esse resultado, por si só, representa um avanço importante.

Os achados indicam que a intervenção produziu efeitos positivos, ainda que de forma desigual entre as diferentes dimensões analisadas. Os resultados mais consistentes foram observados no índice de cidadania e no acesso a benefícios sociais, sugerindo que o acompanhamento pós-saída não apenas amplia o acesso à informação, mas também contribui para transformar orientação em acesso efetivo a direitos. A preparação intramuros mostrou-se relevante para estruturar esse processo; contudo, os efeitos mais robustos dependeram da continuidade do suporte nos meses subsequentes à saída da prisão.

Ao mesmo tempo, o estudo evidenciou os limites das intervenções centradas exclusivamente no indivíduo. A piora observada na dimensão da saúde, presente de maneira semelhante entre os grupos analisados, indica que a saída do

sistema prisional pode produzir rupturas na continuidade do cuidado que não são superadas apenas por meio de preparação prévia ou acompanhamento psicossocial. A continuidade dos tratamentos iniciados durante o cumprimento da pena depende da capacidade de resposta dos serviços públicos de saúde e da existência de fluxos institucionais que assegurem o acesso oportuno aos cuidados necessários.

A avaliação de processo também demonstrou que o sucesso de políticas de reintegração social está diretamente relacionado à existência de uma rede articulada de proteção e apoio ao egresso. Equipes técnicas podem desempenhar papel fundamental na orientação, no fortalecimento de vínculos e na realização de encaminhamentos, mas a efetividade desses esforços depende da capacidade de absorção dos serviços públicos responsáveis pelo atendimento das demandas apresentadas. Sem coordenação intersetorial, o acompanhamento tende a esbarrar em obstáculos estruturais que limitam seu alcance.

O estudo contribui, ainda, para o fortalecimento do campo da reintegração social de pessoas egressas do sistema prisional, ao deslocar o debate de uma abordagem predominantemente descritiva para uma perspectiva avaliativa. Mais do que caracterizar o perfil dos participantes, esta pesquisa acompanhou trajetórias ao longo do tempo, comparou grupos submetidos a diferentes níveis de exposição à intervenção e buscou identificar quais componentes parecem produzir resultados mais promissores.

Esse tipo de desenho permite avançar na compreensão sobre o que funciona, para quem funciona e em quais condições.

Outra contribuição importante consiste em reconhecer a reintegração social como um processo multidimensional. Em vez de restringir a avaliação à reincidência criminal, o estudo examinou indicadores relacionados à documentação civil, acesso a benefícios, vínculos familiares, saúde, moradia, renda e reorganização da vida cotidiana. Esse enfoque possibilita identificar mudanças concretas em um período particularmente crítico, marcado pela sobreposição de vulnerabilidades e pela necessidade de respostas rápidas e coordenadas por parte do Estado.

Os resultados apresentados não esgotam as questões relacionadas à reintegração social de pessoas egressas do sistema prisional. Ao contrário, reforçam a necessidade de ampliar a produção de evidências sobre políticas de transição para a liberdade, incorporando avaliações desde o desenho das intervenções e investindo em acompanhamentos de maior duração. Em um contexto nacional em que a implementação do Plano Pena Justa amplia a centralidade dessa agenda, compreender como estruturar respostas efetivas para o período pós-prisão torna-se não apenas uma exigência de direitos humanos, mas também uma estratégia indispensável para a promoção da segurança pública e da proteção da vida.

A seguir, apresentamos algumas recomendações com base nos aprendizados produzidos desta intervenção:

7.1 Recomendações para a formulação de políticas públicas

A reintegração social deve ser reconhecida como uma política pública permanente e intersetorial, e não como uma responsabilidade exclusiva da administração penitenciária. Segurança pública, execução penal, assistência social, saúde, educação, trabalho, habitação e proteção social precisam atuar de forma coordenada para responder aos desafios da transição para a liberdade.

Nesse sentido, recomenda-se:

- **Financiar políticas de transição para a liberdade como componente estruturante da política de segurança pública e penitenciária**, garantindo equipes técnicas qualificadas, infraestrutura adequada, recursos para busca ativa e mecanismos de monitoramento e avaliação.
- **Desenvolver estratégias de proteção social e inclusão produtiva** para o período imediatamente posterior à soltura, incluindo articulação com programas de transferência de renda, além de apoio para inserção em programas de qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho.
- **Implementar parâmetros mínimos nacionais e estaduais para o atendimento e acompanhamento de pré-egressos e egressos**, contemplando identificação antecipada das necessidades, planejamento individualizado da saída, definição de pontos de referência no território, acompanhamento ativo nos primeiros meses em liberdade e monitoramento permanente para informar o aperfeiçoamento da política pública.

- **Realizar avaliações de processo e resultados antes de institucionalizar políticas públicas para pessoas pré-egressas e egressas**, uma vez que essas avaliações permitem identificar componentes fundamentais para a viabilização da implementação das políticas públicas e para o sucesso de seus resultados.

7.2 Recomendações para o sistema penitenciário

A preparação para a liberdade deve ser compreendida como parte integrante da execução penal e iniciada ainda durante o cumprimento da pena. A experiência relatada neste documento sugere que intervenções intramuros podem desempenhar papel decisivo na organização do processo de saída.

Recomenda-se:

- **Aumentar a previsibilidade das solturas**, fortalecendo o compartilhamento de informações e a articulação entre Poder Judiciário, Defensoria Pública, administração penitenciária, unidades prisionais e serviços de referência, inclusive na esfera municipal.
- **Instituir protocolos padronizados de preparação para a liberdade**, incluindo conferência documental, atualização de contatos, identificação de familiares ou pessoas de referência, orientação sobre obrigações judiciais e elaboração de um plano individualizado de transição.
- **Realizar diagnóstico prévio das principais necessidades dos pré-egressos**, considerando aspectos relacionados à moradia, saúde, renda, vínculos familiares, escolaridade e inserção produtiva.

- **Identificar antecipadamente situações de maior vulnerabilidade**, como pessoas em situação de rua, usuários problemáticos de álcool e outras drogas e indivíduos com necessidades específicas de saúde, assegurando encaminhamentos adequados antes da libertação.
- **Garantir apoio material mínimo no momento da saída**, incluindo transporte para retorno ao território de referência, vestuário e alimentação, bem como informações claras sobre os serviços disponíveis após a soltura.

7.3 Recomendações para a estruturação da política fora do sistema penitenciário

Os resultados do estudo indicam que os ganhos mais consistentes ocorreram quando houve continuidade do acompanhamento após a saída da prisão. Nesse sentido, a existência de uma rede territorial articulada é condição indispensável para sustentar os processos de reintegração social.

Recomenda-se:

- **Fortalecer e garantir a integração dos equipamentos responsáveis pelo atendimento aos egressos com o sistema penitenciário**, uma vez que o trabalho realizado intramuros precisa ser continuado fora do sistema penitenciário, por meio dos Patronatos, Escritórios Sociais e da assistência social. A obtenção de resultados depende desta continuidade. Por isso, devem ser institucionalizados mecanismos de articulação que evitem a interrupção do acompanhamento no momento mais sensível da transição para a liberdade.

- **Adotar estratégias de acompanhamento híbrido**, combinando atendimentos presenciais e remotos, com uso de telefone e aplicativos de mensagens, inclusive por áudio. A flexibilidade no atendimento, tanto em termos de horário quanto na possibilidade de atender familiares, quando necessário, é fundamental para o alcance de resultados.
- **Prever recursos destinados à superação de barreiras práticas de acesso aos serviços**, como transporte e comunicação, especialmente nos primeiros meses após a saída.
- **Desenvolver estratégias de apoio às famílias das pessoas egressas**, reconhecendo que conflitos familiares e fragilização das redes de suporte podem comprometer os esforços de reintegração. Políticas voltadas exclusivamente aos indivíduos egressos tendem a ser insuficientes diante da complexidade dos processos de retorno à vida em liberdade.
- **Registrar sistematicamente contatos, encaminhamentos e resultados alcançados**, transformando a prática cotidiana em fonte permanente de memória, aprendizado institucional e produção de evidências.
- **Instituir fluxos específicos para continuidade do cuidado em saúde**, assegurando o acesso à atenção básica, à saúde mental, aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e à manutenção de tratamentos iniciados durante o período de privação de liberdade.

Anexos

Anexo I — Tabelas detalhadas do Perfil Sociodemográfico

As tabelas a seguir apresentam a distribuição completa das variáveis sociodemográficas e das variáveis relacionadas ao histórico criminal dos participantes na linha de base.

Tabela A.1. Primeira passagem pelo sistema prisional por grupo

Categoria	Grupo 1 (n=30)	Grupo 2 (n=25)	Grupo 3 (n=36)
Sim (1ª passagem)	50,0% (n=15)	40,0% (n=10)	52,8% (n=19)
Não (reincidente)	33,3% (n=10)	48,0% (n=12)	41,7% (n=15)
Sem resposta	16,7% (n=5)	12,0% (n=3)	5,6% (n=2)

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão de Pernambuco

Tabela A.2. Tipos de crime por grupo

Crime	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3
Tráfico de drogas	26,2% (n=11)	32,3% (n=10)	34,0% (n=16)
Roubo	21,4% (n=9)	35,5% (n=11)	34,0% (n=16)
Homicídio	9,5% (n=4)	—	8,5% (n=4)
Furto	4,8% (n=2)	6,5% (n=2)	6,4% (n=3)
Associação p/ tráfico	7,1% (n=3)	—	2,1% (n=1)
Posse irregular de arma	7,1% (n=3)	3,2% (n=1)	4,3% (n=2)
Lesão corporal	7,1% (n=3)	—	2,1% (n=1)
Estupro de vulnerável	4,8% (n=2)	3,2% (n=1)	2,1% (n=1)

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão de Pernambuco

Tabela A.3. Tempo de encarceramento por grupo

Estatística	Grupo 1 (n=30)	Grupo 2 (n=25)	Grupo 3 (n=36)
Média (anos)	6,2 anos	8,9 anos	7,8 anos
Mediana (anos)	4,2 anos	6,9 anos	5,5 anos
Desvio-padrão (dias)	1.623	2.051	2.187

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão de Pernambuco

Tabela A.4. Faixa etária por grupo

Faixa etária	Grupo 1 (n=30)	Grupo 2 (n=25)	Grupo 3 (n=36)
18–29 anos	50,0% (n=15)	40,0% (n=10)	36,1% (n=13)
30–44 anos	46,7% (n=14)	60,0% (n=15)	52,8% (n=19)
45–59 anos	3,3% (n=1)	—	2,8% (n=1)
60+ anos	—	—	5,6% (n=2)

Tabela A.5. Cor/raça por grupo

Categoria	Grupo 1 (n=30)	Grupo 2 (n=25)	Grupo 3 (n=36)
Parda	63,3% (n=19)	56,0% (n=14)	55,6% (n=20)
Negra	20,0% (n=6)	36,0% (n=9)	16,7% (n=6)
Branca	16,7% (n=5)	8,0% (n=2)	22,2% (n=8)
Não soube/respondeu	—	—	2,8% (n=1)

Tabela A.6. Visitas familiares durante o encarceramento por grupo

Frequência de visitas	Grupo 1 (n=30)	Grupo 2 (n=25)	Grupo 3 (n=36)
Mais de 6 vezes	50,0% (n=15)	68,0% (n=17)	55,6% (n=20)
4 a 6 vezes	3,3% (n=1)	8,0% (n=2)	11,1% (n=4)
1 a 3 vezes	16,7% (n=5)	4,0% (n=1)	8,3% (n=3)
Nenhuma	30,0% (n=9)	16,0% (n=4)	22,2% (n=8)

Fonte das tabelas A.4, A.5 e A.6: Questionário de linha de base da intervenção

Anexo II — Variáveis selecionadas para os Testes Estatísticos

As tabelas a seguir apresentam as variáveis padronizadas utilizadas nos cenários de comparação entre grupos e dentro dos grupos ao longo do tempo.

Tabela A.7. Variáveis rastreáveis nos três questionários (para comparação dentro dos grupos)

Linha de Base	1 mês	4 meses	Variável padronizada
Como avalia a saúde física?	Como avalia a saúde física?	Como avalia a saúde física hoje?	Saúde física
Como avalia a saúde mental?	Como avalia a saúde mental?	Como avalia a saúde mental hoje?	Saúde mental
Possui documentos atualizados?	Conseguiu regularizar a documentação?	Documentação totalmente regularizada?	Regularização documental
Acredita que sua moradia será segura e estável?	Como avalia a segurança da moradia?	Como avalia a segurança da moradia?	Segurança habitacional
Sente-se preparado para a liberdade?	Como avalia quanto estava preparado?	Como avalia a experiência nos últimos 6 meses?	—
Terá apoio suficiente do Estado?	Recebeu apoio do Estado?	Como avalia o atendimento do Patronato?	Apoio do Estado
Terá apoio suficiente da família?	Recebeu apoio da família?	Sente que tem apoio da família?	Apoio familiar
Há conflitos familiares frequentes?	Enfrentou conflitos familiares?	Enfrentou conflitos familiares?	Conflitos familiares
Tem contato regular com família/amigos?	Manteve contato com família/amigos?	Como está contato com família/amigos?	Contato familiar

Tabela A.8. Variáveis para comparação entre grupos (questionários de 1 mês e 4 meses)

1 mês	4 meses	Variável padronizada
Recebeu acompanhamento psicológico/psiquiátrico?	Recebeu acompanhamento psicológico/psiquiátrico?	Acompanhamento psicológico
Sente que tem apoio da família?	Sente que tem apoio da família?	Apoio familiar
Conseguiu alguma fonte de renda após sair?	Tem alguma fonte de renda?	Fonte de renda após saída
Conseguiu regularizar a documentação?	Documentação totalmente regularizada?	Regularização documental
Acessou algum programa social ou benefício?	Acessou algum programa social ou benefício?	Acesso a programa social
Fez uso de substância ilícita após a saída?	Fez uso de substâncias ilícitas?	Uso de substância ilícita
Recebeu encaminhamento para capacitação/emprego?	Recebeu encaminhamento para capacitação/emprego?	Encaminhamento para capacitação/emprego

Referências Bibliográficas

Berghuis, Maria. Reentry programs for adult male offender recidivism and reintegration: a systematic review and meta-analysis. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, v. 62, n. 14, p. 4655-4676, 2018.

Bouffard, Jeffrey A.; Bergeron, Lindsey E. Reentry works: the implementation and effectiveness of a serious and violent offender reentry initiative. *Journal of Offender Rehabilitation*, v. 44, n. 2-3, p. 1-29, 2007.

Carrillo, Bladimir et al. Reincidência Criminal no Brasil. Recife: GAPPE/UFPE; Depen, 2022.

Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Caderno de Gestão dos Escritórios Sociais I: guia para aplicação da metodologia de mobilização de pessoas pré-egressas. Brasília:CNJ, 2020.

Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Caderno de Gestão dos Escritórios Sociais II: metodologia para singularização do atendimento a pessoas em privação de liberdade e egressas do sistema prisional. Brasília: CNJ, 2020.

Duwe, Grant. Evaluating the Minnesota Comprehensive Offender Reentry Plan (MCORP): results from a randomized experiment. *Justice Quarterly*, v. 29, n. 3, p. 347-383, 2012.

Farrington, David P. Age and crime. In: Tonry, Michael; Morris, Norval (org.). *Crime and justice: a review of research*. Chicago: University of Chicago Press, 1986. v. 7, p. 189-250.

Instituto Igarapé. Impacto de iniciativas para reintegração social de pessoas egressas do sistema prisional. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2025.

Instituto Igarapé. Reincidência e reentrada na prisão no Brasil: o que estudos dizem sobre os fatores que contribuem para essa trajetória. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2022.

Petersilia, Joan. When prisoners come home: parole and prisoner reentry. New York: Oxford University Press, 2003.

Seiter, Richard P.; Kadela, Karen R. Prisoner reentry: what works, what does not, and what is promising. *Crime & Delinquency*, v. 49, n. 3, p. 360-388, 2003.

Sampson, Robert J.; Laube, John H. Crime in the making: pathways and turning points through life. Cambridge: Harvard University Press, 1993.

Western, Bruce; Braga, Anthony; Kohl, Rhiana. A longitudinal survey of newly-released prisoners: methods and design of the Boston Reentry Study. *Federal Probation*, v. 81, n. 1, p. 32-40, jun. 2017.

Notas de Fim

1. Justa (2025). [Plataforma de dados sobre orçamento e sistema de justiça](#)
2. Idem.
3. Instituto Igarapé (2025). [Reintegração social de pessoas egressas: o que funciona? Evidências para políticas públicas.](#)
4. Lançado em 2023, o Juntos pela Segurança é a política pública estadual de segurança pública do Governo de Pernambuco, estruturada em torno de eixos estratégicos voltados à prevenção da violência, à integração institucional, ao fortalecimento das forças de segurança, à articulação com o sistema de justiça, à administração prisional e à ressocialização.
5. O Geopresídios é a plataforma oficial do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para visualização georreferenciada dos [estabelecimentos penais brasileiros](#).
6. Supremo Tribunal Federal (STF, 2023). [Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 347](#).
7. Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) (2025). [Plano Pena Justa: Plano Nacional para o Enfrentamento do Estado de Coisas Inconstitucional nas Prisões Brasileiras.](#)
8. Departamento Penitenciário Nacional (Depen), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Conselho Nacional de Justiça (CNJ) (2020). Caderno de Gestão dos Escritórios Sociais I (mobilização de pré-egressos): [Guia para aplicação da metodologia de mobilização de pessoas egressas](#)
9. Departamento Penitenciário Nacional (Depen), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Conselho Nacional de Justiça (CNJ) (2020). Caderno de Gestão dos Escritórios Sociais II (singularização do atendimento): [Metodologia para singularização do atendimento a pessoas em privação de liberdade e egressas do sistema prisional](#)
10. Berghuis, M. (2018). [Reentry Programs for Adult Male Offender Recidivism and Reintegration: A Systematic Review and Meta-Analysis](#). International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology, v. 62, n. 14, p. 4655-4676.
- Jeffrey A.; Bergeron, Lindsey E. (2007). [Reentry Works: The Implementation and Effectiveness of a Serious and Violent Offender Reentry Initiative](#). Journal of Offender Rehabilitation, v. 44, n. 2-3, p. 1-29.
- Duwe, G. (2012). [Evaluating the Minnesota Comprehensive Offender Reentry Plan \(MCORP\): Results from a Randomized Experiment](#). Justice Quarterly, v. 29, n. 3, p. 347-383.
- Seiter, R. P. e Kadela, K. R. (2003). [Prisoner Reentry: What Works, What Does Not, and What Is Promising. Crime & Delinquency](#), v. 49, n. 3, p. 360-388.
11. Instituto Igarapé (2022). [Reincidência e reentrada na prisão no Brasil: o que estudos dizem sobre os fatores que contribuem para essa trajetória.](#)
12. Carrillo, Bladimir et al. (2022). [Reincidência Criminal no Brasil](#). Departamento Penitenciário Nacional.
13. A qualidade dos dados foi reforçada por estratégias de retenção e rastreamento, incluindo contatos telefônicos e por mensagens, atualização recorrente de informações, apoio material para deslocamento e comunicação dos participantes, além do uso do Patronato Penitenciário como ponto institucional de referência. No Grupo 1, o acompanhamento semanal também funcionou como mecanismo de retenção, ao manter um vínculo ativo entre os participantes e a equipe do projeto; nos demais grupos, a localização dependeu sobretudo de contato telefônico e atualização cadastral. Essa experiência dialoga com estudos longitudinais com populações recém-saídas da prisão, como o Boston Reentry Study, que destacam a instabilidade desse público e a necessidade de múltiplas estratégias de rastreamento, contato recorrente, atualização permanente de informações e uso de pessoas de referência para a localização dos participantes (Western, Braga e Kohl, 2017).

14. Foram identificados 7 participantes (3 do G1 e 4 do G2) que responderam à linha de base e ao 4º mês, mas não ao 1º mês. Esse padrão (*wave non-response*) é recorrente em estudos longitudinais com populações de difícil localização e reflete a instabilidade do período imediatamente pós-soltura, quando muitos egressos ainda não estabeleceram rotina ou contato estável. Trata-se de uma ausência circunstancial, e não de abandono do estudo. Esses casos não foram incluídos em nenhuma análise longitudinal: todos os cálculos foram realizados exclusivamente com os 54 participantes que responderam aos três momentos de coleta.
15. Berghuis, M. (2018). [Reentry Programs for Adult Male Offender Recidivism and Reintegration: A Systematic Review and Meta-Analysis](#). *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, v. 62, n. 14, p. 4655-4676.
- Duwe, G. (2012). [Evaluating the Minnesota Comprehensive Offender Reentry Plan \(MCORP\): Results from a Randomized Experiment](#). *Justice Quarterly*, v. 29, n. 3, p. 347-383.
16. Petersilia, J. (2003). [When Prisoners Come Home: Parole and Prisoner Reentry](#).
Seiter, Richard P.; Kadela, Karen R. (2003). [Prisoner Reentry: What Works, What Does Not, and What Is Promising](#). *Crime & Delinquency*, v. 49, n. 3, p. 360-388.
17. As tabelas detalhadas com a distribuição completa de cada variável (histórico criminal, dados sociodemográficos, vínculos familiares) estão disponíveis no Anexo I.
18. Esse perfil é relevante porque a literatura associa idade mais baixa, menor constituição familiar e menor suporte social a maior vulnerabilidade no pós-saída. A maior exposição de jovens a comportamentos de risco dialoga com a chamada "curva idade-crime" (Farrington, 1986), enquanto vínculos familiares e redes de apoio mais frágeis reduzem os mecanismos de supervisão informal e suporte social, reconhecidos como fatores protetores contra a reincidência e favoráveis à desistência criminal (Sampson & Laub, 1993)
19. O teste Kruskal-Wallis para comparação entre grupos e o teste de Dunn como procedimento complementar.
20. O relatório distingue duas variáveis: contato familiar, que é a existência de comunicação regular com a família, medida nos três momentos (linha de base, 1º e 4º mês), e apoio familiar que é a percepção subjetiva de suporte recebido, em escala de 0 a 5, coletada apenas no 1º e no 4º mês pós-saída, sem linha de base. É possível manter contato sem percebê-lo como apoio efetivo: o contato cresceu de forma semelhante nos três grupos após a soltura, enquanto o apoio familiar apresentou trajetórias divergentes, revelando o efeito diferencial do acompanhamento sobre a qualidade dos vínculos.
21. Na linha de base, a pergunta sobre estabilidade habitacional foi realizada dentro da Penitenciária Agroindustrial São João (PAISJ) e buscava captar expectativas prospectivas sobre a moradia futura. Nos questionários de 1º e 4º mês, as perguntas foram sobre avaliação das condições reais de moradia após a saída.
22. Nos casos em que o participante residia em localidade sem unidade do supermercado ou sem possibilidade prática de uso do vale-compras, o apoio material foi substituído pela entrega de cesta básica em valor equivalente.

Expediente Institucional Instituto Igarapé

Ilona Szabó de Carvalho

Cofundadora e Presidente

Robert Muggah

Assessor estratégico (CIO)

Melina Risso

Diretora de Pesquisa

Maria Amélia L. Teixeira

Diretora de Operações

Laura Trajber Waisbich

Diretora Adjunta de Pesquisa

Ficha Técnica

Coordenação Geral

**Melina Risso, Vivian Calderoni,
Leriana Figueiredo e Maria Eugenia
Trombini**

Autores

Pedro Silva e Ricardo Caldas

Apoio de Pesquisa

**Marina Alkmin, Laís Cabral
e Mariantonia Ribeiro**

Equipe psicossocial

Larissa Mira e Mauriceia Muniz

Gestão de Produção

**Fernanda Harumi
Carla Nascimento**

Projeto Gráfico

**Raphael Durão
Letícia Pernas**

Governo do Estado de Pernambuco

Secretarias Parceiras

Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional (SEPLAG)

Fabício Marques Santos

Secretário de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional

Ricardo Albuquerque

Secretário Executivo de Gestão para Resultados

Hugo Medeiros,

Diretor de Projetos Especiais

Vandré Cechinel

Gerente Geral do Núcleo de Gestão para Resultados na Prevenção Social

Cíntia Notaro

Gestora do Núcleo de Gestão para Resultados na Prevenção Social

Nathalia Castro

Gestora Governamental

Silvana Nunes

Gestora Governamental

Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (SEAP)

Paulo Paes de Araújo

Secretário de Administração Penitenciária e Ressocialização

Augusto Sales

Gerente Geral de Ressocialização

Anna Rafaella Gonçalves

Superintendente do Patronato Penitenciário

Henrique Douglas

Gerente da Penitenciária Agro Industrial São João

Rebeca Benevides

Superintendente de Planejamento e Monitoramento da SEAP

Secretaria de Defesa Social (SDS)

Alessandro Carvalho Liberato de Mattos

Secretário de Defesa Social

Mariana Cavalcanti De Sousa

Secretária Executiva de Defesa Social

Phillip César Albuquerque Silva

Gerente Geral de Análise Criminal e Estatística

Como Citar:

INSTITUTO IGARAPÉ. Recomeço seguro: resultados da intervenção de atendimento a egressos do sistema penitenciário em Pernambuco. Rio de Janeiro, 2026.

Disponível em: <https://igarape.org.br/publicacoes/>

Número de DOI: 10.5281/zenodo.21035025



INSTITUTO IGARAPÉ

a think and **do** tank

O Instituto Igarapé é um think and do tank independente, que desenvolve pesquisas, soluções e parcerias com o objetivo de impactar tanto políticas como práticas públicas e corporativas na superação dos principais desafios globais. Nossa missão é contribuir para a segurança pública, digital e climática no Brasil e no mundo. O Igarapé é uma instituição sem fins lucrativos e apartidária, com sede no Rio de Janeiro e atuação do nível local ao global.

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel.: +55 (21) 3496-2114

contato@igarape.org.br
igarape.org.br

Assessoria de Imprensa

press@igarape.org.br

Redes Sociais

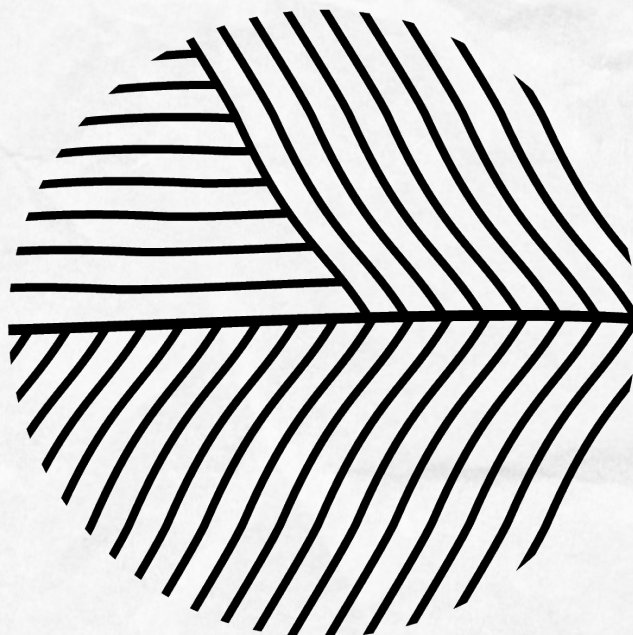
 facebook.com/institutoigarape

 x.com/igarape_org

 linkedin.com/company/igarapeorg

 www.youtube.com/@InstitutoIgarapé

 instagram.com/igarape_org



igarape.org.br